



PSD p.11

PEC: "Uma tentativa de tentar limpar a trapalhada que o Governo gerou"



Parlamento p.19

Onde está o acordo estável e duradouro?

POVO LIVRE



n.º 1954

1 de fevereiro de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

"O NOSSO DISCURSO É PARA PORTUGAL"



O presidente do PSD esteve num encontro autárquico do PSD de Arouca



Conselho Nacional da Juventude

“Sem investimento não há emprego”

O presidente do PSD foi o convidado do colóquio “(re)Partidos”, uma iniciativa promovida pelo Conselho Nacional da Juventude (CNJ), terça-feira, 24 de janeiro. Pedro Passos Coelho fez um diagnóstico da realidade, alertando, uma vez mais, para a importância decisiva do investimento. “Sem investimento não há emprego e há muito investimento que não traz emprego. É preciso apostar no investimento que possa fazer a diferenciação e trazer o melhor rendimento associado a esse emprego”, referiu o líder do PSD.

A alavanca fundamental para o crescimento da economia é o investimento. Desde que o Governo socialista tomou posse, o investimento tem estado em queda livre.

Passos Coelho recorda, a esse propósito, que são as empresas e os investidores que criam “dinâmica de investimento”. E tanto as empresas como os investidores só apostam no crescimento quando existe confiança.

O líder do PSD defende que os políticos devem ser responsáveis e “não dourar a pílula” sobre a situação económica portuguesa, sob pena de se repetirem “histórias complicadas” que Portugal viveu num passado recente. “Julgo que os portugueses não perdoariam se os políticos não tivessem maturidade suficiente para lhes pouparem histórias tão complicadas por aquelas que passámos no passado recente”, destacou.

Comentando o problema da elevada dívida portuguesa, Passos Coelho sublinhou que a capacidade de o país ir buscar dinheiro ao mercado, no passado “muito barato”, revelou-se “uma armadilha muito grande”, de que hoje é difícil sair “de forma indolor”.

“Desconfiem quando aparecer alguém a dizer que tem uma ótima solução, que não custa a ninguém porque isso é uma espécie de milagre”, afirmou.

Admitindo que os portugueses podem estar cansados de ouvir falar destes problemas, depois de vários anos de crise, Pedro Passos Coelho considerou, contudo, que seria “um erro trágico” pensar que esse problema não existe.

“Isso exige que os políticos tenham responsabilidade,



não andem a maçar as pessoas desnecessariamente, mas não andem a dourar tanto a pílula que as pessoas pensem que o céu continua a ser o limite”, alertou, considerando inviável em Portugal um modelo económico em que os depósitos e a poupança baixem e o consumo continue a aumentar.

“Esse é um modelo falido – se insistirmos nele daremos razões às pessoas para se maçarem outra vez com coisas que não gostaríamos que acontecessem”, disse.

Ainda assim, considerou, o problema da dívida portuguesa, sendo pesado, “não é insustentável”: “Eu diria que é tão mais insustentável quanto mais crescerem as

vozes a achar que é muito mais fácil não pagar do que pagá-la”, apontou.

O líder do PSD comentou os principais desafios que emergem no plano internacional, advertindo que o ensaio de políticas protecionistas e nacionalistas constituem uma ameaça para o mundo. O PSD rejeita o regresso a esses tempos, pelo que cabe aos estados reafirmar os valores e princípios social-democratas.

Sublinhando que “não há emprego sem investimento”, Passos Coelho aludiu à recente eleição do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para alertar que “há novas ameaças de protecionismo, de



“Novo compromisso” com parceiros sociais sobre mercado do trabalho

Pedro Passos Coelho defendeu ainda “um novo compromisso” com os parceiros sociais para uma nova dinâmica no mercado de trabalho, dizendo ser necessário um equilíbrio entre a flexibilidade laboral e o combate à precariedade.

“Teremos de fazer um reequilíbrio permanente: não queremos uma sociedade tão desformalizada, que não ofereça segurança às pessoas, mas também não queremos uma sociedade que, para dar maior segurança a quem está dentro, não oferece segurança nenhuma a quem está à porta para entrar”, afirmou.

Questionado sobre o problema do desemprego jovem, Passos Coelho defendeu que o mercado laboral é uma área onde os governos não devem introduzir ruturas mas privilegiar a “cultura do compromisso”. “Fizemos um acordo de concertação social, em 2012, em que vários aspetos do mercado laboral foram flexibilizados, esse dinamismo apareceu”, afirmou, considerando, contudo, que na segunda metade do ano passado se registou “uma certa estagnação da oferta de emprego” relacionada com a falta de investimento.

Para o líder do PSD, seria necessário firmar com os parceiros sociais “um novo compromisso que viesse dar uma nova dinâmica ao mercado de trabalho”.

O Conselho Nacional de Juventude promove o diálogo entre as organizações juvenis (culturais, ambientais, escutistas, partidárias, estudantis, sindicalistas e confessionais). Foi criado em 1985 e goza de estatuto jurídico aprovado pela Assembleia da República.

fechamento económico, que podem trazer um recuo no comércio internacional”.

“Se este recuo na economia aberta se vier a confirmar pior para nós, porque o nosso mercado é muito pequeno (...) serão más notícias”, assegurou.

Passos Coelho quis dar um exemplo português, relacionado com a adesão do país à então Comunidade Económica e Europeia (CEE) há pouco mais de 30 anos.

“É inequívoco o efeito positivo na sociedade portuguesa que essa pertença significou (...) E, no entanto, crescem hoje - não digo que de forma perigosa - as vozes que responsabilizam o que se passa de mal em Portugal com ou a burocracia europeia ou a falta de liderança na UE”, sublinhou, lamentando haver “um certo receio” em fazer hoje a apologia da Europa.



Debate quinzenal

Governo vive num mundo de “fantasias”



Qual é o défice de 2016, corrigido de medidas extraordinárias? A pergunta foi repetida ao primeiro-ministro, na sexta-feira, no debate quinzenal, pelo líder da oposição, Pedro Passos Coelho. Mas António Costa não respondeu, por não saber ou por não ter a coragem de assumir que, sem as medidas extraordinárias que o seu governo tomou, o défice ficaria não confortavelmente abaixo de 2,5% mas em 3,4%.

O défice de 2016 seria de 3,4% do PIB, se descontadas as medidas extraordinárias e os cortes no investimento público planeados pelo Governo. O presidente do PSD questionou António Costa sobre qual seria o valor sem estas medidas.

A fantasia começa com o corte do investimento público, que caiu para o nível mais baixo em 50 anos. Foram quase 956 milhões de euros que não chegaram à economia, aos quais se acrescentam os 445 milhões de euros que, sob a designação de cativações, o Governo cortou de forma permanente na despesa do Estado. Apenas dois dos motivos da deterioração dos serviços públicos, que Pedro Passos Coelho recordou no debate quinzenal de 27 de janeiro. O presidente do PSD não deixou de responsabilizar o primeiro-ministro: “O senhor é hoje responsável por ter hospitais que não têm dinheiro para pagar a fornecedores, por escolas que não conseguem abrir portas, por ter serviços públicos que estão deteriorados porque fez cativações definitivas”, acusou o líder social-democrata. “E não tem sequer a coragem de dizer ao Parlamento aonde é que os fez”, acrescentou, continuando a explicar a fantasia do Governo sobre os números do défice.

Nas contas de António Costa e Mário Centeno, pesaram as receitas recolhidas, em contrarrelógio, com o Programa Especial de Redução do Endividamento ao



Estado (PERES). A cobrança de impostos permitiu ao Fisco arrecadar 512,7 milhões de euros. À Segurança Social, foram pagos 92 milhões de euros em descontos em atraso.

Já o novo regime de reavaliação de ativos das empresas permitiu recolher mais 125 milhões de euros, para ajudar à redução fantasiosa do défice.

E porque basta fazer as contas, fica clara a estratégia do Governo: “Este resultado de 2016 é possível porque o senhor [primeiro-ministro] fez exatamente aquilo que disse que não iria fazer”, resumiu Pedro Passos Coelho. O que o primeiro-ministro fez foi aplicar um conjunto de medidas extraordinárias, que sempre rejeitou, e que permitiram reduzir o défice das contas públicas, em 2016. Um plano B afastado por António Costa em todas as ocasiões, que foi claramente aplicado e que representou 1,1% do PIB. O défice de 2,3% teria, assim, ficado em 3,4% do PIB.

Desmascarando o número tão aplaudido pelo Governo, o PSD questiona o futuro. Porque as medidas extraordinárias que foram tomadas em 2016 não poderão ser repetidas este ano.

Os serviços públicos não podem continuar a ser alvo de cortes cegos, nem o investimento público pode continuar a cair. E ainda que o primeiro-ministro e o ministro das Finanças tenham engendrado uma receita fiel através do perdão fiscal, que continuará a gerar receitas ao longo dos próximos anos, o ponto de partida de 2017 é, na verdade, um défice muito acima de 3%. A política do “faz de conta” do governo socialista não está a alcançar um ajustamento sustentando do défice.



No debate quinzenal, Pedro Passos Coelho acusou o Governo de viver num mundo de “fantasias e faz de conta”, lamentando que o primeiro-ministro não tenha estado presente no debate das apreciações parlamentares de BE e PCP sobre a eliminação da Taxa Social Única (TSU), que o PSD votou favoravelmente.

“Conte mesmo que o PSD está na oposição e não está na oposição nem para fazer a vida fácil ao Governo, nem para substituir o PCP e o BE quando lhe falharem. Quando precisar do PSD para negociar alguma coisa importante primeiro peça”, disse Passos Coelho, numa intervenção aplaudida de pé pela bancada social-democrata.

Primeiro-ministro mentiu sobre a Escola Alexandre Herculano

O PSD repudia as afirmações do primeiro-ministro, esta sexta-feira, no debate quinzenal, sobre a Escola Alexandre Herculano, no Porto. São declarações falsas e revelam a forma incompetente e ligeira como o Governo e o Ministério da Educação lidam com os problemas da comunidade escolar.

António Costa mentiu, afirmando que o anterior Governo não garantiu as condições para a realização da obra. O Governo PSD/CDS-PP reservou seis milhões de euros para a execução de obras na Escola Alexandre Herculano, cabendo ao Estado a comparticipação de 15% desta verba (900 mil euros). A maioria do montante seria proveniente de fundos europeus, mas o atual Executivo chantageou os municípios, impondo-lhes o pagamento de metade da despesa.

O PSD considera que o primeiro-ministro omitiu a verdade e rejeitou as suas responsabilidades, utilizando o Parlamento para enganar toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários da Escola Alexandre Herculano), bem como o país.

O primeiro-ministro anunciou, no debate quinzenal, que vão arrancar obras em 200 escolas ainda este ano e que a Escola Secundária Alexandre Herculano, no Porto, é uma das contempladas para obras de reabilitação a curto prazo. O chefe do Executivo afirmou que “a Escola Alexandre Herculano era uma das 39 escolas com concurso público aberto adjudicado à Soares da Costa e cuja contratação” foi suspensa pelo governo anterior.

Recorde-se que os responsáveis do agrupamento decidiram encerrar a Escola Alexandre Herculano em virtude da degradação do edifício (como reportou a

comunicação social, chove nas salas de aulas, há humidade nas paredes, escadas interditas e um cheiro intenso a mofo).

A normalidade letiva só voltará à Escola Alexandre Herculano na próxima quarta-feira e apenas para 20 turmas do 9º ano e do secundário, já que as restantes 13 turmas dos 7º e 8º anos vão passar a ter aulas na Escola Ramalho Ortigão.

A Alexandre Herculano continua de portas fechadas e o Governo continua, como em muitas outras matérias, a furtar-se às suas responsabilidades.





Encontro autárquico do PSD de Arouca

“O nosso discurso é para Portugal”

Em Arouca, o presidente do PSD afirmou que o PSD segue, ontem como hoje, a sua génese de partido que governa a pensar nas pessoas e no futuro, e não apenas para a popularidade do dia-a-dia. Referindo-se à atualização do salário mínimo nacional (SMN), o presidente do PSD afirmou que este Governo não tem respeito pela concertação social. Em 2014, quando o PSD procedeu ao aumento do SMN, este foi um acordo feito em concertação social, com os parceiros. Com este Governo não é assim. “O Governo decidiu quanto é que o SMN vai ser aumentado até 2019. Isto foi negociado com o BE. A concertação que fizeram não foi social, foi partidária. Quanto é que nas contas do Governo e do Bloco de Esquerda aumenta o SMN até 2019? 19%. O ministro Vieira da Silva já disse que ninguém acredita que este ritmo de aumento não seja sustentável no longo prazo”, referiu Pedro Passos Coelho.

“Alguém acha que os salários podem crescer 19% nestes anos se a economia não crescer também? Preveem que nestes 4 anos a economia não chegue e crescer 6% e o salário mínimo nacional pode crescer 19%?”, apontou.

“Quem não gostaria de anunciar um salário mínimo nacional de 1000 euros? Todos gostaríamos. Mas as empresas têm de chegar ao fim do mês e conseguir pagar os salários, ou então fecham a porta e deixam de poder contratar”, ilustrou o líder da oposição. As coisas são como são e não se ganha nada alimentando a ilusão de que as coisas são diferentes. “Se tudo estivesse ao nosso alcance, sem grande esforço, alguém acha que Teixeira dos Santos ou José Sócrates tinham pedido a ajuda da troika? Foi quando chegaram ao limite que tiveram de pedir a ajuda. Claro que depois não foram eles que deram conta do recado, fomos nós.”

A obrigação do PSD é trazer clareza política ao país. O PSD não pode contribuir para esconder ou disfarçar o efeito que o populismo e demagogia provocam nos portugueses. “Não estamos disponíveis no Parlamento para pagar as medidas demagógicas do BE e do PCP. Quando o



PS perder a maioria parlamentar que o suporta, que não se vire para o PSD porque não é a nós que tem de pedir coerência, responsabilidade e acordo”, assegurou Pedro Passos Coelho. É nas esquerdas que o Governo tem de procurar o apoio para governar. O líder do PSD afirmou que depois de António Costa ter escolhido o BE e o PCP para governarem, “o governo não tem autoridade para pedir o apoio do PSD.” Quem governa é o PS, o BE e o PCP, e as consequências das suas políticas são imputáveis única e exclusivamente a eles.

Reforçar as competências do poder local

O PSD apresentou um conjunto de propostas para que o novo ciclo autárquico possa coincidir com um poder local com novas atribuições e competências. Seja no ordenamento do território, na educação, no apoio social, na saúde, o PSD acredita que os municípios podem ter uma palavra mais importante do que têm tido ao longo destes anos.



“Os municípios estão aptos a receber novas tarefas nestes domínios. Falo de responsabilidades maiores, como as escolhas dos horários de atendimento, nas valências presentes, nos projetos educativos. Não há nenhuma razão para que ao nível dos municípios não se possa escolher o que possa estar mais ajustada às necessidades de cada região. Não há razão para serem os secretários de Estado, ministros e governos a decidir”, defendeu o presidente do PSD.

O PSD já havia apresentado iniciativas neste âmbito no ano passado, aquando da discussão do OE para 2017, para conferir aos novos autarcas novas competências que pudessem trazer os serviços de proximidade para próximo dos municípios. Na altura, a maioria chumbou estas propostas.

“Disseram que não era o tempo adequado. Apresentámos novamente as novas iniciativas. Esperemos que apresentem as suas e veremos se há ou não vontade de ir mais longe nas capacidades dos nossos autarcas, que sabem melhor o que precisa de ser feito. Espero que a vontade anunciada tenha concretização prática. Mas para isso é preciso passar das palavras aos atos”, desafiou o líder social-democrata.

“Tem sido difícil encontrar no dia-a-dia essa vontade efetiva da maioria para passar da conversa à prática”, concluiu.

Se queremos atrair investimento, temos de dar as melhores condições

Em ano de eleições, tem sido um vale-tudo para o Governo. Aumentam as pensões em agosto, o subsídio de refeição e integram os precários na administração pública em setembro. Governam para o dia-a-dia e não para o futuro. Não se sabe o preço que isto terá no futuro, mas são eles os responsáveis, não o PSD.

“Nós não estamos disponíveis nem para equívocos



nem para golpadas. A nossa responsabilidade é para com todos os que votaram em nós, e a esses temos a dizer: contarão connosco como sempre. O PSD não disfarça as suas ideias. Não passa pelo populismo e pela demagogia. O gosto que eles têm pela demagogia e o pouco respeito pelas pessoas. O gosto pelo jogo e a fraca responsabilidade que exibem. Nós não. No Governo e na oposição a nossa conversa não muda, nem muda com as audiências. O nosso discurso é para Portugal. Decorre das nossas convicções. É a pensar no futuro”, assegurou Pedro Passos Coelho.

É preciso dar as melhores condições aos empresários.

O país precisa de reformas, de esforço, de contenção e de equilíbrio. “Se queremos atrair investidores, não podemos ameaçá-los com impostos”, disse o líder da oposição.

O PSD já havia começado um bom caminho para esta realidade. Tinha iniciado a baixa progressiva do IRC, porque as empresas geram trabalho e riqueza, rendimento para os colaboradores e fornecedores. “Atiraram para o caixote esta reforma. Quando olhamos para os outros e vemos que há países que tomam essa decisão, qual é o discurso do Governo? Que é preciso aumentar mais os impostos para as empresas, como aconteceu no

imobiliário? É esta a grande estratégia para atrair mais investimento?”, questionou.

“Não estando nós na maioria que apoia o governo, quando este perder a sua maioria parlamentar não se vire para o PSD pois não é a nós que tem que pedir ajuda”, destacou referindo mesmo que “quem se recusou a apoiar-nos desde o princípio, não tem autoridade para pedir o nosso apoio para o seu governo.”

Pôr a economia a crescer para aumentar salários e pensões

O líder do PSD frisou também que o Governo deveria privilegiar uma política de crescimento da economia, “em vez de andar à procura de medidas de compensação” para o aumento do salário mínimo nacional.

“Em vez de andar à procura de medidas de compensação, não era melhor adotar uma estratégia que pudesse pôr as nossas empresas, o nosso país a crescer o suficiente para aumentar o que eles querem ao salário mínimo nacional? Pois é isso que deviam fazer”, referiu, num jantar que reuniu cerca de 1500 pessoas.

Para Passos Coelho, com o crescimento da economia seria possível aumentar não só o salário mínimo, como também as pensões e os salários de toda a sociedade.

“Por que é que há-de ser só o salário mínimo?”, questionou.

Passos Coelho lembrou que, esta semana, o próprio ministro do Trabalho, Vieira da Silva, reconheceu que o atual ritmo de crescimento do salário mínimo nacional “não é sustentável num longo prazo”.

Por isso, rotulou o Governo de “populista e demagógico”, acusando-o de se aliar “à extrema esquerda quando quer dar boas notícias” e de se tentar socorrer do PSD “para compor as asneiras” que cometeu.

“A maioria só apoia o Governo para demagogia e populismo, não para governar com responsabilidade”, afirmou, vaticinando que a atual maioria só durará “enquanto houver dinheiro”.

Mas, avisou, no dia em que não houver dinheiro o Governo “que não conte com o PSD”.

Coelho deixou outro aviso ao Governo e à “maravilha do artifício” do executivo de António Costa: “Não nos desmobilizam, somos um osso bem mais duro de roer do que pensam, não desistiremos de um Portugal melhor”.

Falar da renegociação da dívida é “deitar gasolina na fogueira”

Após a apresentação do candidato social-democrata às eleições autárquicas pela Câmara Municipal de Arouca, o presidente do PSD defendeu que falar da renegociação da dívida portuguesa na situação atual, quando Portugal paga juros elevados para se financiar, é “deitar gasolina em cima da fogueira” e prejudica a economia nacional.

“Se estamos a pagar mais caro para nos financiarmos, é natural que os investidores comecem a ver crescer alguma desconfiança quanto à nossa capacidade de pagar”, começou por explicar o líder do PSD. “Se a isso se juntar uma conversa do próprio Governo e dos partidos que o apoiam à volta da renegociação da dívida, isso é deitar gasolina em cima de uma fogueira”, concluiu.

“Essa é a abordagem não apenas mais inútil, mas também a mais perigosa de todas”, realçou, defendendo que “o importante era o Governo parar com essa conversa e pedir aos partidos que o apoiam que parem também, porque isso vai prejudicar toda a economia portuguesa”.

Pedro Passos Coelho sustenta a sua posição no argumento de que “Portugal foi o país em que o custo da dívida mais aumentou”.

“Ao contrário do que se passa noutros países, Portugal paga para se financiar muito mais do que a generalidade dos outros países que têm a mesma moeda e beneficiam da mesma conjuntura económica externa”, afirmou.



“Em 2015, nós já tínhamos conseguido ter, pela primeira vez, um decréscimo do rácio da dívida e em 2016 voltou a agravar-se essa situação, o que, associado a um conjunto de medidas que tem sido tomado pelo Governo, tem gerado desconfiança nos mercados”, declarou.

Para o PSD, a estabilidade económica do país e da própria Europa também não sai beneficiada de iniciativas como o encontro que hoje reuniu em Lisboa chefes de Estado e de Governo dos países no sul da Europa.

“Não me parece ser muito positivo (...) nem a abordagem mais construtiva”, comentou, acrescentando: “Do que precisamos na União Europeia não é de estar a fragmentar o espaço europeu reunindo os países do sul de um lado, os do norte do outro, etc.”.

“Numa altura como aquela que estamos a viver, com tantas transformações a ocorrer, quer com os Estados Unidos, quer com a saída programada do Reino Unido da União Europeia, o que precisamos é de coesão dentro da Europa - não de reunir grupos e grupinhos”, defendeu Passos Coelho.

Fernando Mendes: um candidato autêntico e genuíno

A loja interativa de turismo de Arouca foi pequena para acolher os militantes e simpatizantes social-demo-

cratas que no sábado fizeram questão de demonstrar todo o seu apoio a Pedro Passos Coelho, no encontro autárquico do PSD de Arouca, onde foi apresentada a candidatura de Fernando Mendes à câmara municipal, no próximo desafio eleitoral.

Sobre o candidato, Pedro Passos Coelho teceu inúmeros elogios destacando que Fernando Mendes é a pessoa certa para representar todos os arouquenses e os levar mais além: “Fernando Mendes é um candidato autêntico e genuíno. Uma pessoa em quem se pode confiar”.

Salvador Malheiro também não deixou de referenciar, na sua intervenção, que Fernando Mendes “é a pessoa ideal para poder fazer do município um município mais justo e mais voltado para todos os arouquenses. É alguém que veio do povo”.

O presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Aveiro declarou também que, entre os dezanove municípios do distrito, Arouca é a primeira concelhia cujo candidato é apresentado. Para Salvador Malheiro, Arouca “tem uma importância acrescida e é uma oportunidade para o PSD voltar a ser poder”.

Esta sessão contou também com as intervenções de Rui Vilar, presidente da Comissão Política de Secção do PSD de Arouca e de Elísio Brandão, presidente da Assembleia Municipal. “A preparar a mudança” é o “slogan” escolhido por esta candidatura para as eleições autárquicas.

Pedro Passos Coelho na Póvoa de Varzim

Dar mais atenção aos investidores

Portugal está “a perder competitividade” e é fundamental dedicar mais atenção aos investidores que procuraram o país. Num discurso em que agradeceu o convite da Liga Portuguesa dos Chineses em Portugal que, na noite de 28 de janeiro, juntou cerca de 200 pessoas no Casino da Póvoa de Varzim para comemorar o novo ano chinês, Pedro Passos Coelho falou da importância do investimento externo e aproveitou para comentar a atualidade mundial, aconselhando os Estados a evitarem “processos de fechamento”.

“Podemos em conjunto fazer muito mais do que foi feito até hoje. Apesar de já não estar no Governo, não tenho dúvidas em afirmar que as autoridades portuguesas podem empenhar-se um pouco mais em fazer um melhor acompanhamento de todos aqueles que escolheram Portugal para viver, trabalhar e investir”, disse Pedro Passos Coelho.

Antes, o presidente do PSD, perante a comunidade chinesa, de autarcas, representantes partidários e empresários, referiu que no durante o exercício de funções públicas viu o investimento chinês ter “muita relevância em Portugal”, sobretudo olhando para processos de reprivatização.

“[O investimento chinês foi] aquele a que esteve associado a propostas com mais mérito e que acrescentavam mais valor às operações que estavam a ser desenvolvidas. Portanto só posso cumprimentar os investidores chineses por terem apresentado melhores propostas, com mais ambição e com mais qualidade do que os outros fizeram”, resumiu.

É possível “fazer muito mais do que foi feito até hoje. [...] É verdade que conseguimos fixar muito desse investimento, mas também é verdade que me parece que estamos a perder competitividade”, declarou.

O líder do PSD aconselhou o Governo a “reservar uma parte do rendimento que extraiu” para qualificar os serviços de apoio e de acompanhamento aos empresários porque, lamentou, “muitos desses investidores que procuraram Portugal nem sempre encontram a resposta mais atempada para as preocupações que têm”.

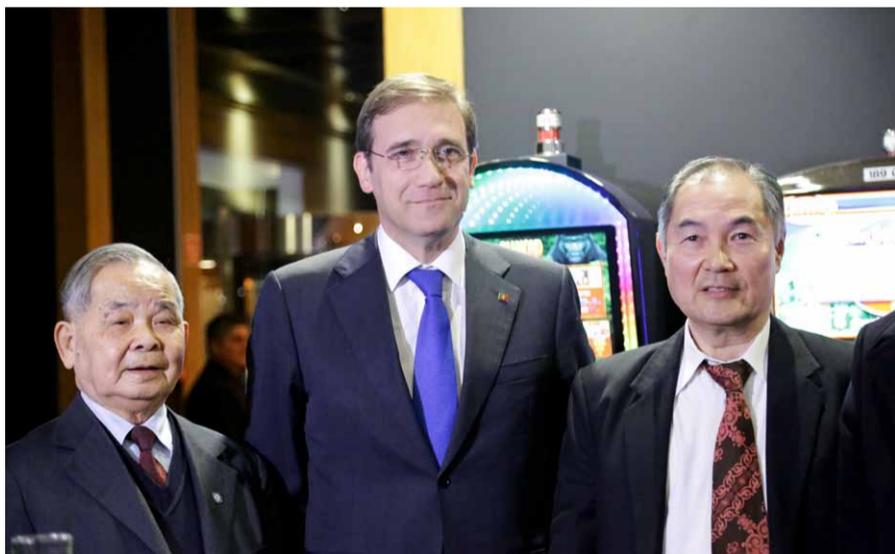
Por fim, depois de reservar grande parte do discurso à economia, Passos Coelho vincou que “relação cultural, a política, é também decisiva em muitos aspetos”.

“Na ordem global estamos a assistir a várias forças que se jogam no sentido de proteger mais as economias, de exacerbar mais alguns traços de nacionalismo que acabarão inevitavelmente para caminhos de maior fechamento das sociedades. Nós sabemos historicamente que esses processos de fechamento que começa por ser



comercial, económico, acaba por ser um processo de fechamento social, cultural e político”, defendeu, temendo que isto se traduza num “retrocesso”.

Já o presidente da Liga Portuguesa dos Chineses em Portugal, Y Ping Show, destacou aspetos da cultura chinesa, falou da importância de uma “boa integração” no país e frisou a relevância de negócios e parcerias conjuntas e, ao longo da noite, entregou galardões de mérito e reconhecimento a pessoas ou instituições que contribuem exatamente para a integração da comunidade chinesa em Portugal.



Governo desrespeitou e esqueceu as IPSS

O governo está preocupado com as IPSS?

Não, porque as instrumentalizou neste debate. Tentou usá-las para a guerrilha político-partidária, quando sabia que tinha uma solução simples para resolver o problema das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que passou, passa e passará pela atualização da comparticipação financeira dos acordos de cooperação do Estado com estas instituições.

A compensação para as IPSS é inédita?

Não. Anualmente, o Estado atualiza o montante de comparticipação financeira com as IPSS com quem tem acordos de cooperação, com vista a garantir a cobertura dos custos que estas terão de enfrentar, decorrentes do mero processo de inflação ou de outros custos extraordinários, como é o caso, este ano, do aumento extraordinário do salário mínimo nacional.

O acordo já vem tarde.

Com o executivo PSD/CDS-PP, a negociação com o setor social acontecia previamente e, no início de cada ano, as instituições sociais sabiam exatamente os valores de atualização dos seus financiamentos. Essa previsibilidade demonstrava respeito pelo setor. Hoje, a terminar o mês de janeiro, o governo ainda não acordou nada com as instituições. Nem sobre a existência de uma atualização do financiamento, nem sobre os valores envolvidos.

As atualizações só poderiam acontecer depois do acordo de concertação social?

Não. Os governos podem fazer atualizações intercalares, que corrijam evoluções extraordinárias dos custos de produção dos serviços sociais prestados às populações, de forma a garantir a sustentabilidade das instituições.



Para além disso, o governo já sabia qual era o aumento do salário mínimo nacional. O valor consta do programa de governo, até ao final da legislatura,

sendo completamente desligado da realidade concreta e económica do país e tendo como único objetivo o de garantir a sua sobrevivência política.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade
do PSD



Noticiário semanal todas
as sextas-feiras

PEC: “Uma tentativa de tentar limpar a trapalhada que o Governo gerou”

No sábado, 28 de janeiro, Marco António Costa declarou que “se a redução da Taxa Social Única (TSU) era tão relevante para a competitividade da economia, segundo os argumentos das confederações patronais, não se percebe como a redução do Pagamento Especial por Conta (PEC) em 100 euros anuais pode constituir uma solução de igual folgo para as empresas”.

Num artigo de opinião publicado pelo semanário “Expresso” intitulado de “TSU e PEC: uma história mal contada”, o vice-presidente do PSD assegura que o Executivo liderado por António Costa não pensa no futuro do país, pondo mesmo em causa a confiança de Portugal junto dos parceiros internacionais. “O que tem feito o Governo? Que mensagens transmite aos investidores? Em dezembro de 2013, o governo PSD/CDS-PP estabeleceu um acordo com o PS que permitiu estabelecer as bases de uma política fiscal de médio prazo que garantia uma redução gradual do IRC. Esta medida, que contou com o empenho e participação ativa dos parceiros sociais, teve um efetivo determinante no crescimento do investimento (FBCF cresceu 4,5% em 2015). E o que faz o governo socialista assim que assume funções? Rasga o acordo que antes assinou, por mera deriva ideológica, sem qualquer preocupação com as empresas, a economia e as consequências deste retrocesso para a confiança dos investidores”, disse explicando mesmo que “o investimento caiu (-0.7% FBCF), em 2016, como natural consequência da quebra de confiança nos investidores, gerada por esta decisão irresponsável”.

O vice-presidente do PSD afirma também que o Governo, pelo segundo ano consecutivo, “fixa o salário mínimo nacional em função dos seus compromissos políticos e não do real desempenho da economia. E para remendar esta decisão desligada da realidade económica, ofereceu às entidades patronais um desconto na TSU para aliviar as consequências nefastas na vida das empresas. Ao fazê-lo, não assegurou o apoio dos seus aliados partidários e, paradoxalmente, veio exigir da oposição que suprisse a quebra de lealdade política do BE e do PCP”.

“Uma coisa é certa: se a redução da TSU era tão relevante para a competitividade da economia, segundo os argumentos das confederações patronais, não se percebe como a redução do PEC em 100 euros anuais pode constituir uma solução de igual folgo para as empresas”, declara.

Marco António Costa conclui afirmando que existe algo de estranho “nesta convergência entre governo e entidades patronais”. “Algo de maior relevância deverá estar a escapar ao radar da opinião pública”, assegura.

Artigo de opinião na íntegra

TSU e PEC: uma história mal contada

Todos concordam que é crucial para o crescimento da economia que haja confiança no país. O governo, que continua a defender um modelo económico sustentado no investimento e no consumo privado, também sabe que a estabilidade é, mais do que desejável, obrigatória. Mas o que tem feito o governo? Que mensagens transmite aos investidores?

Em dezembro de 2013, o governo PSD/CDS-PP estabeleceu um acordo com o PS que permitiu estabelecer as bases de uma política fiscal de médio prazo que garantia uma redução gradual do IRC. Esta medida, que contou com o empenho e participação ativa dos parceiros sociais, teve um efetivo determinante no crescimento do



investimento (FBCF cresceu 4,5% em 2015). E o que faz o governo socialista assim que assume funções? Rasga o acordo que antes assinou, por mera deriva ideológica, sem qualquer preocupação com as empresas, a economia e as consequências deste retrocesso para a confiança dos investidores. O investimento caiu (-0.7% FBCF), em 2016, como natural consequência da quebra de confiança nos investidores, gerada por esta decisão irresponsável.

Agora, o governo, pelo segundo ano consecutivo, fixa o salário mínimo nacional em função dos seus compromissos políticos e não do real desempenho da economia. E para remendar esta decisão desligada da realidade económica, ofereceu às entidades patronais um desconto na TSU para aliviar as consequências nefastas na vida das empresas. Ao fazê-lo, não assegurou o apoio dos seus aliados partidários e, paradoxalmente, veio exigir da oposição que suprisse a quebra de lealdade política do BE e do PCP.

Dado o chumbo desta medida por iniciativa parlamentar dos seus parceiros de governo, teve necessidade de cozinhar um plano B à pressa, redução em 100 euros anuais do PEC, que, diz, “agrada a todos”. Mas mais não é do que uma tentativa de limpar a trapalhada que gerou. Engana-se, se acha que os investidores não estão atentos e não retiram as devidas ilações.

Uma coisa é certa: se a redução da TSU era tão relevante para a competitividade da economia, segundo os argumentos das confederações patronais, não se percebe como a redução do PEC em 100 euros anuais pode constituir uma solução de igual fôlego para as empresas.

Há mesmo qualquer coisa de muito estranho nesta convergência entre governo e entidades patronais. Algo de maior relevância deverá estar a escapar ao radar da opinião pública.

A propósito, o que será que o PS e o governo deram de garantias aos parceiros sociais sobre a lealdade polí-

tica dos seus aliados partidários quanto à não reversão da reforma laboral levada a cabo nos últimos anos, com o apoio e entusiasmo dos mesmos que agora assinaram aquele acordo itinerante de concertação social?

A juntar ao plano B que substitui o chumbo da descida da TSU, lá vem o anúncio pomposo de que as instituições sociais não serão esquecidas. Era o que faltava que o fossem!

Nos últimos anos, o governo PSD/CDS-PP negociou sempre, e assinou com o setor social e solidário em sede de Protocolo de Cooperação e Compromisso para a Cooperação, a compensação anual do impacto financeiro que constitua o agravamento dos custos para as instituições, através do reforço financeiro correspondente da verba transferida a título de cooperação para as mesmas.

O cuidado que o governo agora diz ter não é novidade. É dar seguimento ao mecanismo desenvolvido pelos anteriores governos, que compensava adequadamente as instituições sociais, não colocando em causa a sua sustentabilidade.

A diferença – para nós, muito relevante – é que, com o PSD no governo, o setor social sabia sempre, antecipadamente, qual o valor que obteria de atualização dos acordos para o ano seguinte. Agora, e tal como nos governos socialistas do passado, impera o desleixo. Estamos no fim de janeiro e ainda não há um compromisso para a cooperação que defina os valores de atualização dos financiamentos das instituições. Até parece que estavam a aguardar, com reserva mental, o desfecho deste processo da TSU para agora virem com esta solução.

Marco António Costa

Vice-Presidente do PSD

Artigo de opinião publicado no “Expresso” em 28 de janeiro de 2017

Autárquicas 2017

PSD aprova os primeiros 46 candidatos

O PSD aprovou na terça-feira, 31 de janeiro, os nomes de 46 candidatos às eleições autárquicas de 2017, em reunião da Comissão Política Nacional. As candidaturas dos presidentes às câmaras municipais foram homologadas pela Comissão Política Nacional, em reunião que decorreu na sede nacional do Partido.

Para aprovação nas Comissões Políticas Distritais (CPD) estão 173 candidaturas, enquanto que nas Comissões Políticas de Secção (CPS) se encontram 89 nomes em aprovação.



CPD DE AVEIRO

Concelho: **Águeda**
Candidato à CM: Miguel Ângelo Roque dos Santos
Bouça (Independente)
Concelho: **Anadia**
Candidato à CM: Litério Augusto Marques
Concelho: **Arouca**
Candidato à CM: Fernando Brandão Mendes
Concelho: **Castelo de Paiva**
Candidato à CM: José Duarte de Sousa Rocha
Concelho: **Oliveira do Bairro**
Candidato à CM: António Augusto Marques Mota

Candidato à CM: Fernando Ribeiro Marques
Concelho: **Batalha**
Candidato à CM: Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
Concelho: **Caldas da Rainha**
Candidato à CM: Fernando Manuel Tinta Ferreira
Concelho: **Figueiró dos Vinhos**
Candidato à CM: Luís Filipe Antunes da Silva
Concelho: **Leiria**
Candidato à CM: Fernando José da Costa
Concelho: **Nazaré**
Candidato à CM: Alberto Madail Silva Belo
Concelho: **Peniche**
Candidato à CM: Filipe Maia de Matos Ferreira Sales

Concelho: **Cartaxo**
Candidato à CM: Jorge Bruno da Silva Barbosa Gaspar
Concelho: **Coruche**
Candidato à CM: Liliana Sofia Ferreira Santos Pinto
Concelho: **Mação**
Candidato à CM: Vasco António Mendonça Sequeira Estrela
Concelho: **Sardoal**
Candidato à CM: António Miguel Cabedal Borges
Concelho: **Tomar**
Candidato à CM: Luís Filipe Gonçalves Boavida

CPD DE BRAGA

Concelho: **Guimarães**
Candidato à CM: André Guimarães Coelho Lima

CPD DE CASTELO BRANCO

Concelho: **Covilhã**
Candidato à CM: Marco Samuel da Silva Baptista
Concelho: **Proença-a-Nova**
Candidato à CM: Helena Maria Ribeiro Mendonça Antunes Martins
Concelho: **Vila Velha de Ródão**
Candidato à CM: Carlos Manuel Correia Cardoso Martins Faria

CPD DE FARO

Concelho: **Albufeira**
Candidato à CM: Carlos Eduardo Silva e Sousa
Concelho: **Faro**
Candidato à CM: Rogério Conceição Bacalhau Coelho
Concelho: **Monchique**
Candidato à CM: Rui Miguel da Silva André
Concelho: **São Brás de Alportel**
Candidato à CM: Bruno Sousa Costa

CPD DE LEIRIA

Concelho: **Alvaiázere**
Candidato à CM: Célia Margarida Gomes Marques
Concelho: **Ansião**

CPD DE LISBOA AM

Concelho: **Amadora**
Candidato à CM: Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva
Concelho: **Azambuja**
Candidato à CM: Rui Pedro Figueiredo Corça
Concelho: **Cascais**
Candidato à CM: Carlos Manuel Lavrador Jesus Carreiras
Concelho: **Sintra**
Candidato à CM: Marco Paulo Caldeira de Almeida (Independente)

CPD DE LISBOA AO

Concelho: **Alenquer**
Candidato à CM: Frederico Augusto Soares Rogeiro

CPD DE PORTO

Concelho: **Lousada**
Candidato à CM: Leonel Domingos Reis Vieira da Silva
Concelho: **Paços de Ferreira**
Candidato à CM: Joaquim Agostinho Moreira da Silva Pinto
Concelho: **Porto**
Candidato à CM: Álvaro Fernando Santos Almeida

CPD DE SANTARÉM

Concelho: **Abrantes**
Candidato à CM: António da Fonseca Ataíde Castelbranco

CPD DE SETÚBAL

Concelho: **Almada**
Candidato à CM: Nuno Filipe Miragaia Matias
Concelho: **Montijo**
Candidato à CM: João Manuel Pereira Afonso
Concelho: **Palmela**
Candidato à CM: Paulo Jorge Simões Ribeiro
Concelho: **Seixal**
Candidato à CM: Manuel Pires de Andrade Pereira

CPD DE VIANA DO CASTELO

Concelho: **Monção**
Candidato à CM: António Fernandes Barbosa
Concelho: **Ponte de Lima**
Candidato à CM: Manuel Pereira da Rocha Barros

CPD DE VILA REAL

Concelho: **Boticas**
Candidato à CM: Fernando Eirão Queiroga
Concelho: **Chaves**
Candidato à CM: António Cândido Monteiro Cabelleira
Concelho: **Murça**
Candidato à CM: Mário Artur Correia Lopes

CPD DE VISEU

Concelho: **Viseu**
Candidato à CM: António Joaquim Almeida Henriques
Concelho: **Vouzela**
Candidato à CM: Rui Miguel Ladeira Pereira

Encontro anual das estruturas do PSD pela Emigração

No domingo, 29 de janeiro, o secretário-geral do Partido Social Democrata José Matos Rosa e os deputados eleitos pela emigração, José Cesário e Carlos Gonçalves, estiveram presentes no encontro anual das estruturas do PSD pela Emigração – círculo eleitoral da Europa, em Estugarda, na Alemanha.



PSD liberta a concertação social de constrangimentos políticos

O PSD escreveu uma carta às confederações e associações patronais para explicar a posição do Partido em relação à descida da Taxa Social Única (TSU). Na missiva, o PSD especifica os fundamentos do sentido da bancada social-democrata sobre a TSU, criticando nomeadamente a “chantagem reiterada” pelo Governo em sede de concertação social.

A posição do PSD é clara: libertar a Concertação de constrangimentos políticos criados pelo Governo e ainda contribuir para que decisões futuras sobre a atualização do salário mínimo sejam realizadas no respeito pela negociação séria com os parceiros e sem a necessidade de procurar medidas compensatórias que sacrifiquem todos os contribuintes.

O PSD respeita e valoriza a concertação social, rejeita uma economia de incentivos aos baixos salários, mas não pretende servir de “muleta” a um Executivo que perverte as regras democráticas e procura em desespero de causa sacudir as responsabilidades das dificuldades por si criadas, um Governo que, afinal, nunca esteve em condições de honrar o compromisso a que se propôs: a assinatura do acordo em concertação social.

Carta enviada pelo PSD

/.../

Vimos, desta forma, agradecer a vossa carta, a que demos a mais cuidada atenção, sustentada no respeito que temos pela vossa opinião, pelo trabalho que desenvolvem e pelos setores que representam.

Aproveitamos para vos dar conta dos fundamentos que estão na base da nossa posição no que toca à votação da medida da descida da Taxa Social Única para as empresas que pagam salários mínimos, motivo que justifica a vossa missiva.

O salário mínimo nacional esteve congelado desde 2010 até 2014. Essa situação esteve ligada às condições económicas e financeiras adversas enfrentadas pelo Governo socialista depois das eleições de 2009 e que perduraram nos anos de execução do Memorando de Entendimento (MdE) negociado por esse Governo e executado pelo Governo do PSD e do CDS.

Em 2014, e num contexto excecional que coincidiu com o fim do MdE, o Governo liderado pelo Partido Social Democrata celebrou um acordo em concertação social que fixou, mediante negociação entre o Governo e os Parceiros, a subida do salário mínimo nacional para 505 euros. Este acordo pressupunha a redução da TSU em 0,75 pontos percentuais, por um período de 15 meses, suportada, na íntegra, pelo subsetor Estado. Pressupunha ainda o acordo, o que era fundamental, que as atualizações futuras do salário mínimo nacional tivessem em conta a inflação mas fossem acomodadas pela evolução da produtividade, de forma que as empresas pudessem suportar essas atualizações sem perda de competitividade e sem prejudicar o nível de emprego.

O atual Governo, pouco depois de tomar posse, entendeu desrespeitar o acordo alcançado na Concertação Social pelo Governo anterior e fixou unilateralmente o salário mínimo nacional em 530 euros, ou seja, o Governo fixou a atualização do salário mínimo de acordo com uma negociação política encetada, não em sede de Concertação, mas com os partidos que constituem a sua maioria parlamentar de apoio. Na sequência disso, o Governo dispôs-se a compensar as empresas afetadas pela decisão se os parceiros aceitassem a decisão prévia do governo quanto ao salário mínimo. Essa compensação seria realizada através de uma redução excecional da TSU das empresas em 0,75 pontos percentuais. Na sequência desta autêntica chantagem exercida sobre os Parceiros, estes vieram a concordar com a decisão para poderem



beneficiar do “desconto” da TSU que ajudaria a neutralizar o impacto negativo da atualização do salário mínimo.

Os partidos que apoiam o Governo não se opuseram publicamente a essa solução quando ela foi anunciada. E só quando o CDS pediu a apreciação parlamentar do diploma que consagrava o “desconto” da TSU (pedido que o CDS fez por discordar que o “desconto” fosse suportado também pelo orçamento da Segurança Social e não apenas pelo OE) os partidos que apoiam o Governo apresentaram proposta para por fim à vigência de tal “desconto”. Nessa altura, o PSD acabou por deixar passar a medida, atendendo ao facto de se estar no início de um novo ciclo de Governo, dando o benefício da dúvida de que a medida teria um caráter excecional.

Porém, em 2017, o Governo socialista tenta repetir a estratégia, fechando a decisão sobre a atualização do salário mínimo com os partidos que o apoiam no Parlamento independentemente de quaisquer critérios de racionalidade económica acordados com os Parceiros sociais e oferecendo, posteriormente, uma descida da TSU para as empresas, desta feita em 1,25 pontos percentuais. Essa contrapartida não foi, no entanto, negociada previamente com a sua maioria parlamentar, que se apressou a esclarecer que não só não apoiaria tal contrapartida, como ainda suscitaria a sua reprovação no Parlamento. O PSD afirmou publicamente que também não daria apoio a tal decisão, o que não impediu o Governo de, apesar de saber que não poderia cumprir tal compromisso, o assinar com os Parceiros sociais, voltando a desrespeitar a Concertação.

O PSD está, assim, contra esta medida, por três razões:

1. A redução temporária da TSU associada a um aumento do salário mínimo nacional só faz sentido num contexto de excecionalidade. Mas a excecionalidade já não serve de argumento e, transformando-se em regra, esta medida torna-se potencialmente danosa, porque incentiva os empregadores a contratar com o salário mínimo e provoca uma pressão sobre a política de rendimentos que agrava os restantes custos salariais sem “desconto” da TSU, comprometendo a competitividade

da economia.

2. O PSD é manifestamente contra uma política de incentivos aos baixos salários, e defende que o salário mínimo nacional não deve ser suportado pelos contribuintes, nem deve constituir fator de agravamento da sustentabilidade da Segurança Social, antes deve ser sustentado pelo crescimento da economia e da produtividade.

3. A somar a estas questões de substância, deve ter-se em conta que o PSD não só não faz parte da maioria que suporta o Governo, como se encontra na oposição por decisão, não do eleitorado, mas do Partido Socialista, que lhe recusou qualquer apoio para poder governar. Ao tomar esta decisão, os socialistas comprometeram-se com uma maioria estável, coesa e duradoura. A maioria que aprova os termos da atualização do salário mínimo nacional deve também suportar os custos inerentes a essa atualização, pelo que não podem os socialistas elogiar, como o fizeram, a atitude dos seus apoiantes do BE, PCP e PEV que votam contra o compromisso assumido pelo Governo com os Parceiros sociais e ficarem a atacar politicamente o PSD, que está na oposição e de quem os membros do Governo se vangloriam de não precisarem do seu apoio para nada. Nestas circunstâncias, ter o PSD a servir de “muleta” ao Governo constituiria, além de tudo o resto, uma perversão das regras democráticas.

Por fim, deve ser sublinhado que, ao não apoiar o Governo nesta chantagem reiterada sobre os Parceiros sociais, o PSD contribui para libertar a Concertação destes constrangimentos políticos e ainda para permitir que decisões futuras sobre a atualização do salário mínimo sejam realizadas em respeito pela negociação com os Parceiros e sem necessidade de procurar medidas de compensação.

Sem prejuízo desta resposta formal à vossa carta, colocamo-nos à vossa inteira disposição para esclarecer presencialmente qualquer dúvida que possa subsistir sobre esta matéria.

Com os melhores cumprimentos,

Lisboa, 23 de janeiro de 2017

Governo faz truque eleitoralista com apoio alimentar



Depois de ter desperdiçado os 28 milhões de euros de fundos comunitários destinados ao apoio alimentar aos mais desfavorecidos em 2016, o governo socialista anuncia agora a extinção de muitas cantinas sociais, substituindo pela intensificação de um programa de entrega de cabazes. O executivo socialista esconde que esta solução – a entrega de cabazes – já existia até ao final de 2015; na verdade, o governo interrompeu o apoio alimentar comunitário durante o ano passado, mas agora, depois de inúmeras críticas do setor social, vai lançar novo programa, dentro de seis meses, a tempo da campanha eleitoral autárquica.

A criação da Rede Solidária de Cantinas Sociais – implementada pelo governo anterior – foi financiada pelo Programa de Emergência Alimentar como forma de garantir que todos os cidadãos mais desfavorecidos o acesso a refeições diárias, no período mais difícil da crise. A medida, com um orçamento inicial de 50 milhões de euros, foi construída em diálogo com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e com a União de Misericórdias Portuguesas (UMP), num contexto de crise financeira, económica e social.

A rede de cantinas foi lançada como temporária e previa-se que terminasse em dezembro de 2014, quando estavam em funcionamento 845 unidades, que serviam 49 mil refeições diárias. O programa foi prolongado e, um ano depois, o número de refeições servidas caiu para 42 500. Algumas cantinas, já des-

necessárias, foram encerradas.

Numa reavaliação da oferta e da procura do programa de cantinas sociais, o atual governo decidiu agora encerrar as cantinas e substituí-las por um regime de cabazes. Na essência, passam a ser distribuídos alimentos não confeccionados.

Mas o Executivo anunciou o fecho das cantinas sem antes garantir se os beneficiários dos cabazes de alimentos têm, em casa, acesso a recursos, como água e luz, para os confeccionar e acondicionar.

Segundo a secretária de Estado da Segurança Social, o novo programa estará em vigor dentro de seis meses. Fica a pergunta sobre a oportunidade política escolhida pelo Governo: os cabazes só chegarão aos portugueses quase dois anos após o Governo iniciar funções e a tempo de contribuir como mais uma medida eleitoralista para as autárquicas de 2017.

O Governo esconde informações vitais. Não está, por exemplo, esclarecido quem serão os beneficiados pelo novo programa. Não é sequer dito quantos foram os beneficiários da rede de cantinas sociais durante o anterior governo e como se compara esse número com a previsão de 60 mil pessoas que o atual executivo diz querer apoiar.

Em falta está ainda a explicação sobre como se proce-

derá à distribuição de cabazes, se por via das instituições de solidariedade ou através do poder local, como as juntas de freguesia.

Governo paralisou apoio alimentar em 2016

O relatório que sustenta esta decisão do Governo fecha o seu horizonte temporal em novembro de 2015. Exclui, portanto, toda a ação da equipa do ministro Vieira da Silva em 2016. Uma ação que incluiu o desaproveitamento de 28 milhões de euros de verbas comunitárias, com origem no Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) - fundo instituído pela Comissão Europeia em 2014 e que o governo do PSD/CDS/PP começou a executar, com o objetivos de reforçar a coesão social, contribuir para a redução da pobreza na União Europeia e apoiar a integração dos mais carenciados.

Um fundo que, nas mãos do governo do Partido Socialista, esteve parado em 2016.

As verbas do FEAC são disponibilizadas num quadro a quatro anos. Assim, os 28 milhões de euros não distribuídos em 2016, transitam para 2017 e poderão agora ser utilizados para sustentar o eleitoralismo em vésperas das autárquicas. Mais uma manobra da governação socialista.

PSD desafia esquerda a não usar “rolo compressor” na descentralização

O PSD apresentou, esta terça-feira, no Parlamento um conjunto de iniciativas com vista à efetiva descentralização e delegação de competências para os Municípios, Comunidades Intermunicipais e Freguesias. Um processo iniciado pelo anterior governo PSD/CDS-PP, que foi interrompido pelo governo socialista e que os deputados social-democratas pretendem agora retomar. O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, acredita que “o Partido Socialista e os partidos que apoiam o governo não fecharão as portas e não usarão o rolo compressor que têm utilizado em várias ocasiões com as iniciativas do PSD, por estarmos, de facto, a falar de uma matéria que é crucial e que, a julgar pelas intervenções públicas temos ouvido, também é valorizada do lado do governo.”

Em conferência de imprensa, Luís Montenegro lembrou que a descentralização “foi uma matéria que nós reputamos de estruturante aquando da discussão do último OE” e que, nesse sentido, o PSD apresentou nessa ocasião “várias propostas que foram rejeitadas liminarmente pelos partidos que suportam o governo.” Agora, o líder parlamentar assinala uma mudança de atitude “de valorização da matéria” por parte do governo e dos partidos da maioria de esquerda. “A tal ponto que estamos também expectantes relativamente àquilo que será o posicionamento quer do governo quer desses partidos no processo que, hoje mesmo, nós lançamos de tornar a trazer para a sede parlamentar a discussão de um tema tão importante como seja tratarmos de ter um Estado e uma Administração Pública mais eficientes, que possam estar mais bem organizados no intuito de servir o interesse dos cidadãos e o interesse da comunidade”, acrescentou.

Luís Montenegro destacou o trabalho feito pelo anterior governo no que toca à descentralização, transferindo para as autarquias locais “um conjunto de competências relevantes em áreas tão importantes como a saúde, a educação ou a área social. É isso que agora queremos retomar com quatro iniciativas legislativas”, referiu. Medidas que se inserem na estratégia do PSD de dar força à descentralização de competências, onde se enquadram a criação do Estatuto dos Territórios de Baixa Densidade, atualmente em discussão no Parlamento por iniciativa dos deputados social-democratas, ou o projeto agendado para o próximo dia 10 de fevereiro, que visa possibilitar a utilização de património público, que é detido pela administração central, pela administração local.

Luís Montenegro desafiou o governo e os partidos que o suportam a apresentar as suas próprias propostas. Mas, mais do que isso, espera uma atitude construtiva e não o habitual “rolo compressor” com que têm chumbado as iniciativas do PSD. “Cabe agora ao governo não fazer aquilo que fez na discussão do Orçamento de Estado. Nós temos uma má experiência recente que é o rolo compressor da maioria que suporta o governo pura e simplesmente não perceber que estes contributos são contributos positivos, construtivos, e chumbar liminarmente as iniciativas dos partidos da oposição”, disse.

O líder parlamentar social-democrata instou o governo a concentrar-se nestas questões de fundo e estruturais “e não tanto nas questões eleitoralistas com que tem olhado para o poder local, porventura pensando que daí possa ter alguma vantagem eleitoral.”

Para Luís Montenegro, é importante haver uma reflexão alargada no Parlamento sobre o tema da descentralização, com contributos de todos para que “possamos ter uma alteração com significado para os próximos anos, para as próximas décadas, e que possa ser suficientemente abrangente do ponto de vista político para se perspetivar como duradoura.”

E explicou porquê: “Não estamos interessados em



andar a mudar coisas – para isso já chega o governo que temos, esse é que muda tudo o que foi feito pelo governo anterior.”

Sobre a eventual necessidade de alterar a Lei das Finanças Locais e outros diplomas para acomodar as mudanças preconizadas nestes e noutros projetos de descentralização, Luís Montenegro considerou-a “inevitável”. “Não podemos traçar um plano como este sem ter apetrechos financeiros”, concluiu.

As iniciativas legislativas do PSD

O PSD apresentou no Parlamento um projeto de lei e três projetos de resolução que retomam as propostas de alteração apresentadas em sede do OE/2017 no âmbito da descentralização, promovem a coesão territorial e a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações através de respostas mais adaptadas às especificidades locais, de uma maior racionalização e otimização dos recursos disponíveis e de uma responsabilidade política mais próxima e mais eficaz.

As iniciativas legislativas social-democratas vão, assim, no sentido de uma efetiva descentralização de competências para os Municípios e Comunidades Intermunicipais e Freguesias.

O projeto de lei visa:

- A transferência universal de competências na gestão de infraestruturas nas áreas da educação, saúde, apoio social (propondo-se um reforço do que está previsto ao nível da Rede Local de Intervenção Social – RLIS - com Entidades do Setor Social e Solidário);
- A transferência universal de competências na gestão florestal, gestão da orla costeira, gestão territorial;
- O reforço das competências em matéria de medicina veterinária e segurança alimentar;

- A atribuição de novas competências às freguesias ao nível da gestão territorial.

Projeto de resolução que visa aprofundar e alargar a descentralização iniciada pelo anterior governo através da celebração de contratos interadministrativos com os municípios e entidades intermunicipais abrangendo vários domínios:

- Educação, ao nível do ensino básico e secundário, a gestão escolar, práticas educativas, gestão curricular e pedagógica, gestão de recursos humanos e financeiros.
- Saúde ao nível das políticas de saúde, da administração das unidades de saúde, da gestão de recursos humanos, e da gestão dos recursos financeiros;
- Cultura no âmbito dos equipamentos e infraestruturas culturais.

Projeto de resolução que visa estimular e fomentar a criação de Centros de Serviços Partilhados e Valor Acrescentado ao nível das entidades intermunicipais, devendo para tal, no ano de 2017 e no respeito da autonomia local, o governo lançar um programa para o efeito.

Projeto de resolução que recomenda ao governo que proceda à reorganização e Prestação de Serviços de Atendimento da Administração Pública, dando continuidade ao Programa Aproximar, através da celebração e implementação dos contratos com os municípios das Comunidades Intermunicipais Alto Tâmega, Oeste, Região de Leiria e Viseu Dão Lafões (que foram definidas como piloto) e proceder ao alargamento gradual a todo o território nacional.

Para o PSD, esta reforma deve ser concretizada até às próximas eleições autárquicas, considerando-se vantajoso que o novo ciclo autárquico e os correspondentes mandatos se desenvolvam num novo quadro alargado em matéria de competências e de recursos financeiros e humanos.

Governo foge à verdade dos fundos comunitários



Em 2015, o país liderava o processo de candidaturas ao novo quadro comunitário. Foi mesmo o primeiro país da União Europeia a mobilizar fundos neste novo apoio comunitário, entre 2016 e 2020, o chamado Portugal 2020. Mas, o que era uma evolução positiva para a aplicação dos fundos, é agora um grave atraso, desde que o atual governo assumiu funções. O PSD deixou o Portugal 2020, à entrada de 2016 – primeiro ano do programa - com uma taxa de execução de 4,5%. Mais de um ano depois, o governo do PS regista apenas uma execução que vai pouco além dos 6%.

A verdadeira herança: fechar o QREN e negociar o Portugal 2020

O governo de António Costa esconde a verdade, argumentando que o Portugal 2020 apresentava um índice de pagamentos baixo. Não é verdade. Entre 2014 e 2015, estava a ser encerrado o QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, em simultâneo com a negociação e execução do Portugal 2020. Note-se que existe uma regra comunitária que permite estender por mais dois anos a execução de um programa comunitário.

Pela mão do anterior governo, foram pagos às empresas 600 milhões de euros, em 2014, e 400 milhões de euros, em 2015, no âmbito do QREN. Pela primeira vez em toda a história da gestão dos fundos comunitários, foi possível executar a totalidade das verbas dentro do período negociado. Isto depois de o último governo socialista ter deixado, em 2011, uma vergonhosa herança na execução dos fundos comunitários. Nos quatro anos seguintes, pela mão do PSD e do CDS-PP, Portugal passou a liderar o ranking daqueles que tinham maior execução na aplicação dos fundos.

Em novembro de 2015, todos os programas ope-

acionais do Portugal 2020 estavam aprovados, com regulamentação publicada e equipas nomeadas, sendo o primeiro país da União Europeia a mobilizar fundos. Foram abertos 516 concursos, para mais de oito mil milhões de euros, ou seja, 31% da dotação global dos fundos. Destes concursos, 299 já estavam encerrados no final de 2015.

Só no sistema de incentivos às empresas, tinham sido apresentadas, até 15 de novembro de 2015, mais de 12 mil candidaturas, estando nessa data aprovadas perto de três mil. O volume de investimento candidatado ao sistema de incentivos às empresas era de 6 889 mil milhões e estavam já aprovados fundos europeus no valor de 878 milhões.

Quando o atual governo socialista assumiu funções, todo este trabalho estava feito. Era hora de começar a fazer chegar às empresas as verbas comunitárias. (Recorde aqui a história dos fundos comunitários)

Como é que o PS utiliza os fundos estruturais

Ao atual governo importa mais a propaganda (recorde-se o Programa 100 milhões nos primeiros 100 dias...) do que os resultados efetivos: O governo do PS coloca o foco numa ação rápida, gastando depressa, independentemente da qualidade do investimento.

Com o governo do PSD, deu-se um arranque bastante significativo na agenda da competitividade, sobretudo através dos sistemas de incentivos às empresas. Muito forte, sobretudo ao nível de concursos para projetos nos Territórios de Baixa Densidade. Quando negociou Portugal 2020 com as instituições europeias, o governo do PSD garantiu mais dinheiro para as autarquias, como o aumento de 39% do montante para projetos com municípios e áreas metropolitanas, que passou de cerca de 1400 milhões do QREN para cerca de 2000 milhões do novo quadro comunitário. E apostou numa programação

de investimentos autárquicos a sete anos, assegurando planeamento e estabilidade dos projetos.

No domínio da inclusão social, o anterior governo conseguiu um aumento de verbas de 500 milhões de euros para 1500 milhões de euros. E, pela primeira vez, foi criado um programa para a inclusão social.

Os números

Numa comparação com período homólogo do QREN (em setembro de 2009), a taxa de execução do atual quadro comunitário é de 6,1% (sem incluir o PDR 2020 e o equivalente PRODER, planos para o desenvolvimento regional). Na realidade, a execução atual dos fundos comunitários está a copiar a má execução do QREN, em 2009. Entre 2007 e 2011, o governo do PS executou apenas 31% do QREN. Nos anos seguintes, o executivo liderado pelos social-democratas executou os restantes 69% do mesmo quadro. Duplicou a taxa de execução, no mesmo período de tempo.

Vamos ver os dados oficiais do 3º trimestre de 2016. A taxa de execução do domínio da Sustentabilidade e o do Uso Eficiente dos Recursos no primeiro ano é de 0,9%. Para este domínio – em quatro anos - incluem-se tipologias como: Regeneração Urbana; Eficiência Energética, Património Natural e Cultural, Mobilidade Sustentável ou Ciclo Urbano da Água. O nível de execução inexistente neste domínio não se coaduna com o discurso de um governo que chama para si o título de defensor do mundo rural, da descentralização e das autarquias.

Mas também no domínio da Inclusão Social e Emprego, a taxa de execução, em 2016, rondava os 7,3%, um resultado dececionante, já que é aqui que se encontram medidas para apoiar os mais desprotegidos. Pior, com uma taxa de execução a zero estão tipologias como Equipamentos Sociais e projetos de investimento para PME em Territórios de Baixa Densidade, potenciais geradores de emprego.

Maioria de esquerda deixa emprego jovem ao abandono

O Governo não tem políticas de promoção do emprego jovem, acusou esta quinta-feira o PSD. Num debate onde os partidos que suportam o atual governo insistiram em criticar o executivo anterior, não discutindo o presente mas sim o passado, o PSD revelou a total ausência de medidas ativas para promover o emprego jovem. Mas “os jovens já perceberam que esse discurso é de quem foge à responsabilidade”, lembrou a deputada social-democrata Joana Barata Lopes.

“Onde é que estão as vossas medidas ativas de combate ao desemprego jovem? Elas não existem. Nem boas nem más”, questionou a deputada, mostrando que o governo do Partido Socialista, apoiado pela maioria de esquerda, deixou os jovens ao abandono.

O parlamento debateu na quinta-feira a proposta socialista para a criação de um selo de garantia para empresas com práticas responsáveis de contratação e inserção na vida ativa de jovens. Uma medida que não passa de “uma estampa” que não “garante absolutamente nada”, acusou Joana Barata Lopes.

“Os senhores ainda não fizeram nada”, criticou ainda a deputada do PSD, que não deixou de lembrar à bancada socialista que “há um plano nacional contra a precariedade para ser apresentado nesta Assembleia da República há quase um ano”.

Sublinhando a incoerência da maioria que suporta o Governo, a deputada do PSD recordou que hoje “ninguém fala” sobre o plano de combate à precariedade. “Quem falava antigamente, agora já não fala”. A mesma incoerência encontra-se na contestação da Juventude Socialista, que, no passado, criticou o governo liderado pelo PSD por reduzir a duração dos estágios profissionais. Agora que o governo do PS passou de nove para seis meses os mesmos estágios, a Juventude Socialista não critica a “indiferença” do executivo de António Costa.



Por explicar está ainda o sistema de seleção que o Governo preparou para as empresas que pretende apoiar. “Não o preocupa que as empresas que se candidatam a estágios, que seja através de pontos que o Governo vai definir como é que atribui às empresas, que entender, que devem receber pontos para receber esse dinheiro? Esta falta de transparência não lhe parece estranha?”, questionou Joana Barata Lopes. “Dá vontade de pergun-

tar se estes critérios serão disponibilizados mais perto das autárquicas para poder favorecer eventualmente um eleitorado que dê mais jeito.”

O Governo tem ainda de esclarecer que fim pretende dar às verbas comunitárias integradas no pacote de 500 milhões de euros, que estão previstos para Portugal, este ano.

Massificação do salário mínimo nacional está em marcha

O caminho para a massificação do salário mínimo está em marcha. Em abril do ano passado, os dados oficiais, com origem no ministério de Vieira da Silva, indicavam que um em cada quatro portugueses por conta de outrem auferia o salário mínimo. Porque está a acontecer este empobrecimento?

Primeiro, uma “radiografia”, recente, à estrutura da empregabilidade em Portugal. Entre o final de 2015 e fins de abril de 2016, já com o governo socialista, o universo de trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo aumentou em 140 mil, num total de 836 mil (ver gráfico); em meados de 2016, a população abrangida pela remuneração mínima, face a 2015, aumentou 21%, representando já 25,3% do total da população portuguesa empregada. Pior, existem fortes indícios de que esta população empregada já ultrapasse o milhão de pessoas.

Esta massificação do salário mínimo, em curso, é justificada pelo alheamento político dos socialistas e das esquerdas à produtividade no momento da atualização

da retribuição mínima e pelo efeito perverso do uso da Taxa Social Única, imposto pelo Governo aos patrões. Como consequência, centenas ou mesmo milhares de empresas em Portugal optaram por não aumentar os salários dos trabalhadores que estavam acima do salário mínimo.

Como resultado, a atualização do salário mínimo acabou por englobar as remunerações acima do referencial, aumentando o peso da população remunerada pela retribuição mínima. O uso corrente e não excepcional da TSU, colaborou na massificação: ao invés de absorver os custos acabou por estimular a manutenção dos salários.

Há outro fator que justifica o aumento da população com baixos salários. A política económica deste governo – com a ausência de reformas estruturais – está a privilegiar este tipo de vínculo, em detrimento de uma economia baseada no investimento e renovação do tecido empresarial, mais tecnológica.

O Governo do PS, apoiado pelo PCP e o Bloco de Esquerda, tem vindo a conduzir uma política que promove baixos salários e conduz ao empobrecimento generalizado dos trabalhadores.



Onde está o acordo estável e duradouro?

O PSD não se “esconde” nem foge às explicações, mas quem deve explicações aos portugueses é o PCP, o BE, o PEV, o PS e o Governo, acusou o líder parlamentar social-democrata, no dia 25, no debate sobre a apreciação parlamentar da redução da Taxa Social Única (TSU), em que a medida foi rejeitada com os votos do PSD, BE, PCP e PEV.

Luís Montenegro questionou se existe ou não uma “maioria coesa, estável e duradoura” no parlamento, denunciou a falta de respeito do Governo pela concertação social ao assinar um acordo que sabia que não podia cumprir e acusou o BE e o PCP de “responderem só por meia decisão” e, assim, “tirarem o tapete ao Governo”. E deixou um claro aviso ao executivo de António Costa e aos partidos que o suportam: “Não contem connosco para encenações nem para a vossa politiquice, a geringonça é vossa, vocês é que têm de a por a mexer”

O líder parlamentar do PSD começou por realçar que “este debate e a decisão de revogar a decisão do Governo só existem porque o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda assim o quiseram”. E que, por isso, é importante que estes partidos “deixem de falar do PSD” e “aproveitem a oportunidade e respondam aos portugueses. O que pretendem o PCP e o BE ao revogar decisões do Governo? Querem tirar o tapete ao Governo? Querem dizer que já não estão disponíveis para suportar o Governo?” E acrescentou: “Porque uma coisa é divergir, outra é revogar decisões do Governo”. Para Luís Montenegro, PCP e BE “só estão disponíveis para apoiar o que é agradável ou popular” e “para meias decisões”.

Em resposta ao deputado do BE, o líder da bancada social-democrata demarcou-se dos partidos de esquerda, que fazem da política “uma brincadeira” e denunciou o verdadeiro desejo daqueles partidos: que o PSD votasse contra a apreciação parlamentar à redução da TSU. “Estava a ver se me convencia a votar contra a vossa apreciação parlamentar, não era? Dava-vos mais jeito que nós não votássemos a favor, não dava? É que a verdade é que o BE e o PCP ficaram atrapalhados com a decisão do PSD de votar ao vosso lado, não foi?”

Luís Montenegro criticou também o primeiro-ministro que “assina voluntariamente acordos que sabe que não pode cumprir” porque “já sabia que os seus parceiros de coligação não o apoiavam”. Uma atitude que suscita várias interrogações ao PSD.

“Que valor tem, agora em diante, a palavra do primeiro-ministro de Portugal? Porque procedeu assim o primeiro-ministro? Foi para abrir uma guerra dentro



da geringonça?”, questionou o líder parlamentar social-democrata, para resumir que “a solução de governo já é, ela própria, um hino ao oportunismo político” e “o cúmulo do oportunismo é todos na maioria não responderem por esta solução de poder.” Para o deputado social-democrata, a maioria de esquerda está a “resvalar para o mais básico chico-espertismo.”

Na parte final da intervenção, Luís Montenegro confrontou os deputados do PS, BE e PCP com uma declaração de António Costa, em Novembro de 2015: “O Governo não terá a indelicadeza de aprovar iniciativas em hostilidade com os partidos que o apoiam”, disse na altura o primeiro-ministro.

Entrevista à TSF

Durante uma entrevista na TSF, dia 25, o líder parlamentar do PSD afirmou que é António Costa quem deve explicações ao país, ao ter feito um compromisso em concertação social, sabendo não ter o apoio dos partidos que o sustentam no Parlamento para o cumprir.

Luís Montenegro lembrou que, quando em 2014 o PSD adotou esta medida, a mesma ocorreu num contexto de exceção porque o salário mínimo nacional (SMN) estava congelado desde 2011: “Quando era preciso relançar a



economia, foi encontrada essa solução através de uma descida excecional num pressuposto que nos anos seguintes a subida do SMN deveria estar relacionada com o progresso da economia e a produtividade.”

Insistir nesta medida nesta altura é um erro. Porquê? Porque os pressupostos em que assenta passam pelo princípio de que o Estado está a subsidiar o SMN, está a promover que as empresas paguem o SMN e que a descida da TSU seja suportada não só pelo Orçamento do Estado para 2017 como pela Segurança Social.

Há, no entanto, uma questão política por responder. “O PSD tem explicado o seu posicionamento mas o que é estranho é que quem deva explicações não o faça. António Costa tem de explicar porque é que aprovou uma medida que sabia não ter apoio parlamentar. O PCP e o BE, que são o suporte político do governo, são eles que levam o assunto ao parlamento. Também eles devem uma explicação cabal ao país para dizer porque é que estão a tirar o tapete ao governo. São os partidos que suportam o governo que levam o assunto e têm de explicar porquê. Já não há condições de governabilidade? O BE e o PCP esqueceram que se comprometeram com um acordo estável e duradouro?”, questionou Luís Montenegro.

Às discussões dentro da maioria à maioria dizem respeito. O líder parlamentar do PSD lembrou que “o que o País sabe é que prometeram um governo com condições de estabilidade e governabilidade. Há um ar de ligeireza nestes protagonistas. O primeiro-ministro dá-se ao luxo de ir gabar a coerência dos partidos que o suportam por estarem contra si no Parlamento”.

O PSD não tem nenhum entendimento com o PCP e o BE. O PCP, o BE e o PS não devem contar com o apoio político do PSD para poderem levar a cabo as suas políticas. “O PSD atua com liberdade do ponto de vista da sua posição política. Não somos um partido que defenda uma política de estar sempre contra o Governo mas também não somos a muleta da geringonça. Não contem connosco para fazer jogos. Faremos caso a caso o que entendermos que se justifica para Portugal e para o



país. Para os que defendem que o PSD está desvalorizar o princípio de colocar primeiro os interesses das pessoas, esta solução salvaguarda isso. Um país não é governável com a ameaça de que na maioria há soluções diferentes e que há pedidos para deixar o governo sem apoio. Portugal e os portugueses não podem projetar os próximos três anos com esta instabilidade”, afirmou.

Quem tem responsabilidade nesta matéria é o PS e os partidos que o sustentam. “Quem tem de apresentar uma alternativa é quem tem a condução da política governativa e quem tem assento na concertação social”, afirmou Luís Montenegro. De futuro, o PSD acredita que o Governo e o Primeiro-ministro não tenham a ousadia de voltar a propor uma medida que não tenha o apoio da maioria parlamentar. “Não é no PSD que devem encontrar apoio político, é na sua maioria, é uma questão de coerência. É ao Governo que compete apresentar alternativas”, declarou.

O líder parlamentar do PSD considerou que este é um assunto muito sério, e que está a trazer instabilidade política. “Admito que tenham uma ‘chique-espertice’ e que contem com o PSD quando não estão de acordo entre si, mas isso não é correto. Se querem governar com esta coligação parlamentar têm de aprender a conviver com ela. Já defraudaram a vontade popular aquando do resultado das eleições, era o que faltava defraudarem os portugueses quando disseram que tinham uma maioria estável”, exclamou.

Para fomentar a economia, é necessário que se criem condições para uma atualização do SMN de forma sustentada. Há medidas passíveis para fomentar o investimento e emprego. A questão aqui é que essas questões têm de ser independentes. No pagamento especial por conta, é verdade que isso pode aliviar a tesouraria das empresas. Mas tal não pode ser considerado uma subsídio do SMN.



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

povo livre

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1052 • 17 JANEIRO 1996 • PREÇO 100\$00

Fernando Nogueira abandona liderança e propõe Congresso do PSD

Os dois últimos actos eleitorais marcam o início de um novo ciclo político em Portugal. O PSD, enquanto alternativa credível de poder e na qualidade de maior partido da oposição, carece de uma profunda readaptação para enfrentar com sucesso as novas condições políticas do País.

Quando, em Fevereiro último, recebi o mandato de Presidente do PSD, esse mandato tinha uma natureza e um conteúdo bem definidos: ganhar as eleições legislativas para prosseguir numa lógica de inovação mas também de continuidade, o projecto de governação do PSD.

Os mandatos em democracia esgotam-se ou pelo decurso do tempo ou por o seu objecto se mostrar inconcretizável. Tendo o PSD perdido as eleições legislativas a única razão porque não assumi logo na noite de 1 de Outubro que o meu mandato estava substancialmente prejudicado é porque a moção de estratégia aprovada no Congresso em que fui eleito Presidente do PSD também conferia à direcção política o objectivo de prosseguir uma estratégia eleitoral para as presidenciais.

Chegados a este ponto e conhecidos os resultados dos dois actos eleitorais importa agora pensar o futuro e o futuro do PSD passa em meu entender pela redefinição urgente de políticas e objectivos estratégicos e pelo refresco dos órgãos nacionais do Partido.

Entendo, por isso, ser meu dever abrir caminho a essa transformação indispensável, que deve processar-se o mais depressa possível e ter como ponto de partida a realização de um Congresso. É isso que proponho ao Conselho Nacional do próximo dia 20.

Neste quadro, decidi não me recandidatar à liderança do PSD. Esta minha decisão foi muito ponderada e é irreversível. A uma mudança tão clara e profunda de ciclo político deve corresponder uma mudança da direcção do Partido e do seu principal responsável.

Sei que há quem discorde desta perspectiva, mas esta é a minha convicção e é nela que tenho de me basear.

É em qualquer caso um passo muito doloroso para mim, sobretudo porque há muitos militantes, patizantes e votantes do meu Partido que eu sei que esperam que assim não seja. Eles sabem que a forma como me tenho dedicado à causa pública, ao Partido e ao País é de inteira disponibilidade e de entrega total.

Mas há momentos na vida em que a melhor forma de servir é sair e não ficar. E é minha convicção que chegou a hora de sair. Por isso saio.

Acredito no PSD, no seu futuro e no papel que tem a desempenhar em benefício do País.

O PSD é uma referência essencial do sistema político português e antevejo que num prazo mais curto do que muitos pensarão será de novo chamado a altas responsabilidades no Estado. Por essa razão o PSD não tem tempo a perder. Não pode haver lugar a compassos de espera que adiem o indispensável exercício de reflexão crítica em relação ao percurso dos últimos dez anos e que prejudiquem o início imediato do processo de redescoberta de novos valores, ideias, causas e quadros políticos.

PSD é a única alternativa à hegemonia socialista

O Presidente do PSD Fernando Nogueira, justificou os resultados nas eleições presidenciais por se viver «um clima político especial» e defendeu que o PSD é agora a única alternativa à hegemonia do PS em todos os órgãos de soberania.

Fernando Nogueira falava à entrada do Hotel Meridian, em Lisboa, domingo à noite, onde se deslocou para «dar um abraço» a Cavaco Silva.

O líder social-democrata não culpou ninguém da derrota de Cavaco Silva, porque «as culpas nunca são individualizadas», defendendo, pelo contrário, que «os eleitores decidiram dar a preferência a Jorge Sampaio por se estar a viver um clima político especial, que será ultrapassado rapidamente.

Não poupando elogios a Cavaco Silva,

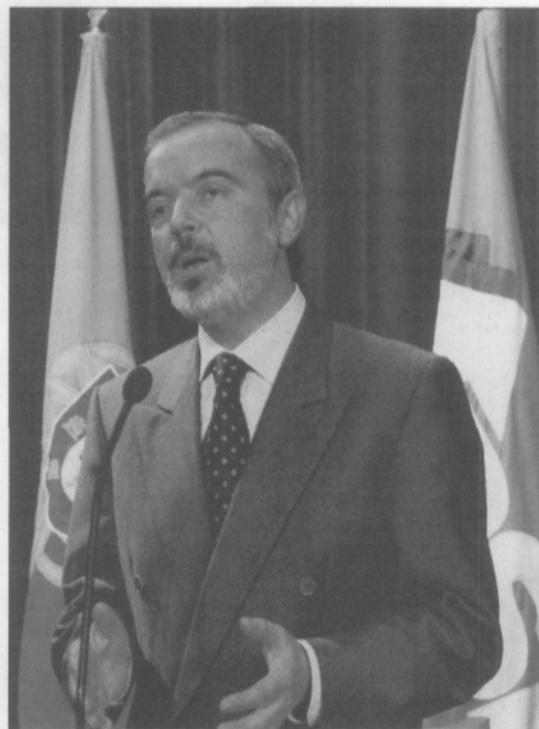
Fernando Nogueira considerou que o candidato, que «teve todo o apoio do partido», lutou «com grande empenho e em condições muito adversas» e sublinhou que as eleições se realizaram «num momento político desfavorável».

Na mesma ocasião, o líder do PSD felicitou Jorge Sampaio pela vitória nas eleições presidenciais.

O Presidente do PSD considerou que «não é por Cavaco Silva ter perdido que deixa de ser o que é, um grande estadista».

Fernando Nogueira recordou ainda que há 10 anos o PSD perdeu as presidenciais e, a seguir, conseguiu obter duas maiorias absolutas em eleições legislativas.

(Quadro com resultados eleitorais na Pág. 7)



O líder do PSD anunciou, ontem, a sua intenção de propor a realização de um Congresso do PSD e de não se recandidatar à liderança do Partido. No entender de Fernando Nogueira, o PSD não tem tempo a perder, como referência essencial do sistema político português

Ambas as acções são vitais para o fortalecimento do Partido e é meu entendimento que outros, dadas as circunstâncias e o passado recente, melhor as poderão conduzir.

Terei daqui em diante uma atitude pública reservada e não interferirei no processo da minha substituição.

Uma última palavra para garantir aos portugueses que confiam em mim e aos meus companheiros de partido que como cidadão e como militante de base do PSD continuarei a lutar pelos valores, pelos princípios e pelo projecto autónomo e insubstituível que o PSD significa para Portugal.

I Conselho Nacional de 1996

Ao abrigo do Art.º 19.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para reunir no Auditório da Sede Nacional, no dia 20 de Janeiro (sábado), pelas 10 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 — Análise da situação política e dos resultados eleitorais;

Ponto 2 — Aprovação do orçamento para 1996.

Lisboa, 8 de Janeiro de 1996

O Presidente da Mesa do Congresso

Eurico de Melo

SMN, TSU e as incoerências da esquerda

Sofia Galvão (*)

O caso político em volta do aumento do salário mínimo nacional (SMN) versus a baixa da Taxa Social Única (TSU) revela uma maioria fundada em incoerências radicais. E um Governo que lhes faz jus.

Complicado? Bastante. Tratando-se de matéria central para qualquer Governo, a maioria parlamentar, em vez de cerrar fileiras, implode com estrondo.

De uma penada, fica óbvio o que se tentou disfarçar ao longo de pouco mais de um ano. A maioria PS/BE/PCP/Verdes é 'contra natura' e não resiste à exigência das ponderações práticas inerentes ao exercício do poder.

BE, PCP e Verdes, ao dizerem não à baixa da TSU, são absolutamente coerentes com a sua costumeira insensibilidade às razões da economia e da competitividade. Aliás, com essa mesma insensibilidade defendem o aumento do SMN, seja para os preconizados 557,00 ou para 1.000,00 ou 2.000,00. Para eles, o dinheiro é uma realidade que não compreendem e que imaginam como algo que os "ricos" descobrem debaixo das pedras, num fluxo contínuo e inesgotável, que lhes cabe distribuir porque, caso contrário, acumulam cada vez maior riqueza (o que, para BE, PCP e Verdes, é um mal em si mesmo), criando com isso cada vez maior pobreza nas classes trabalhadoras (BE, PCP e Verdes nunca explicam muito bem esta implicação recíproca, mas garantem que existe).

Mas já para o PS, a economia e a competitividade sempre foram variáveis relevantes. Por isso o Governo, piscando o olho aos sectores da sociedade que se preocupam com a viabilidade do nosso futuro colectivo, vem justificar a baixa da TSU nesses termos.



O problema do Governo foi a total ausência de credibilidade. A baixa da TSU pode ser uma ferramenta importante ao serviço da economia e da competitividade. Mas não em qualquer contexto e, seguramente, não para compensar uma medida tomada à revelia de qualquer preocupação com o que a economia e a competitividade pudessem recomendar. O aumento do SMN em cerca de 15%, por muito simpática, generosa e apetecível que seja a ideia de não termos nenhum concidadão a receber menos de 557,00 por um mês de trabalho, não é função de qualquer racionalidade económica e só pode ter o efeito de tornar o País muito menos competitivo.

É, assim, a incoerência do Governo que fere de morte todo o processo. Primeiro, alinhou com a sua maioria para propor um aumento do SMN que os dados da economia e da competitividade não podiam sustentar. Depois, afasta-se da sua maioria para propor uma compensação alegadamente em nome de razões ligadas à economia e à competitividade.

Mas quem pode acreditar? Se o Governo estivesse preocupado com a economia e a competitividade, não proporia semelhante aumento do SMN. E, já agora, não revogava alterações ao regime do contrato de trabalho, não travava a reforma do IRC, não punha em causa contratos celebrados, não confrontava investidores nacionais e estrangeiros com a sanha de apagar qualquer vestígio das reformas operadas durante o Programa de Ajustamento.

Não se pode ser a favor da economia e da competitividade pela metade ou às vezes. Muito menos quando dá jeito. Ou se é ou não se é. Se o Governo quiser sê-lo efectivamente, sabe que tal lhe custará uma maioria parlamentar de apoio. Se não o quiser ser, nesse caso terá uma maioria coesa a suportá-lo. No parlamento, claro. Porque, para lá de São Bento, o País inevitavelmente acordará – empobrecido pela maioria coesa, como é também inevitável, mas decidido a sobreviver-lhe.

(*) Vice-presidente do PSD

Nota: a autora escreve de acordo com o antigo acordo ortográfico.

“Somos o partido dos trabalhadores”

Pedro Roque (*)

Os TSD – Trabalhadores Social-Democratas são a estrutura autónoma para o mundo laboral e o movimento sindical. Constituem uma organização especial enquadrada programaticamente no PSD com militância específica e autonomia nas suas atividades. Os TSD prosseguem os seus fins e objetivos com inteira observação das regras democráticas. Em virtude da sua forte inserção no mundo do trabalho eles emergem como a expressão social mais autêntica do projeto político representado pelo PSD em Portugal.

Desde a sua fundação, há uma ligação umbilical entre os TSD e o movimento sindical democrático: seja o independente, seja sobretudo o da UGT. Entendemos que a relevância social, cívica e política do sindicalismo é inquestionável num Estado de Direito Democrático.

Esta implantação no movimento sindical aliada à característica interclassista do PSD, faz com que este se possa orgulhar de ser também e genuinamente um verdadeiro Partido de Trabalhadores. Como nos disse um dia Francisco Sá Carneiro: “Não aceitamos trabalhadores encartados, que nem sequer trabalham, mas enchem a boca em seu nome. Aceitamos sim todos os que em silêncio e de mãos calejadas angariam o seu sustento. Nessa exata medida, somos o partido dos trabalhadores.”

Mas sentimos o PSD de um modo muito especial: como um Partido que, não sendo de esquerda, também está longe de ser de direita. Os TSD têm orgulho em se considerarem os fiéis depositários do ideário social-democrata do PSD e do espírito fundador de Francisco



Sá Carneiro que acredita no primado da pessoa humana e se afasta dos extremismos, seja dos projetos coletivistas e estatizantes que a História derrotou, seja de um capitalismo selvagem, sem regras e sem respeito, nem pelo trabalho, nem pelo ser humano.

Os TSD procuram, na relação com o Partido, reforçar a sua autonomia para potenciar a força da sua mensagem social. Reafirmamos que o mundo laboral e as questões sociais são o nosso campo de atuação política por excelência e o PSD sabe que tem toda a vantagem em nos

escutar e em ampliar a nossa mensagem nesse campo de atuação tão importante e decisivo.

Mesmo que possamos discordar pontualmente sabemos no essencial ser solidários com o Partido. Contribuímos e contribuiremos, com o nosso empenho, para cimentar o seu projeto para a sociedade portuguesa, rumo a um país mais desenvolvido, justo e solidário.

(*) Secretário-Geral dos TSD

CGD: É tudo uma questão de transparência

Hugo Soares (*)

O fenómeno político, fruto de um cada vez maior exigente e salutar escrutínio dos cidadãos, deve cada vez mais assentar no princípio de Accountability. O dever de prestar contas e de responsabilização dos agentes políticos perante as decisões que tomam e que têm, inelutavelmente, repercussão na vida dos povos não pode ser um capricho para alguns, uma maçada para outros ou a normalidade para muito poucos. Tem que ser a regra. A regra que encontra respaldo na transparência e nos fundamentos mais íntimos da democracia.

Vem tudo isto a propósito da forma de estar na política de António Costa e da gestão do processo “Caixa Geral de Depósitos”.

É consabido que no balanço da governação nada há de estruturante. Há, isso sim, reversões, sobrevivência política e gestão diária de um país sempre com um objetivo eleitoral imediato. São, por isso, muitos os problemas estruturais que o governo tem. O primeiro deles é interno e transversal a todas as matérias: é o da transparência.

O governo socialista tem uma incompatibilidade de fundo com a necessidade de prestar contas, decorrente do exercício das suas funções em democracia. Talvez porque resulta de um arranjinho não sustentado na legitimidade popular, acha que não deve nada a ninguém nem deve esclarecimentos os portugueses. Quer os direitos, dispensa os deveres. Percebe-se: como não teve os votos dos cidadãos também acha que conta só com o BE e o PCP.

Essa incapacidade é sucessivamente reiterada por episódios que não ajudam à boa imagem nem do executivo, nem dos órgãos de soberania, que o governo tenta instrumentalizar. Usa, quando dá jeito. Informa, quando daí pode resultar algum benefício próprio.

E este é um “modus operandi” que se estende do governo a todos os que com ele se relacionam. Veja-se o caso de António Domingues (a saga que continua!). O primeiro-ministro e o ministro das Finanças acordaram com o ex-presidente da CGD, ainda antes de este assumir funções, um conjunto de pressupostos. A avaliar pelas declarações de António Domingues, entre o acordado com o governo terá estado a dispensa de apresentação de declaração de rendimentos, porque não era dignificante para a imagem dos membros do



conselho de administração ver os seus bens discutidos em praça pública. O governo concordou. E fez, mais uma vez, uma promessa que não podia cumprir e que, judicialmente e politicamente, se veio a comprovar descabida.

Resta saber que outra informação foi trocada entre o então candidato a presidente da CGD (e ainda quadro do BPI) e o governo, sendo necessário e essencial avaliar a correspondência trocada para aferir a existência, ou não, de conflito de interesses. Nem o governo nem António Domingues se disponibilizaram para mostrar esses conteúdos – o que, se se pautassem pela transparência, queriam fazer de livre vontade – alegando, num parecer jurídico, que estariam abrangidos pelo sigilo das entidades.

A propósito da exigência da transparência, sublinhe-se que a comissão de inquérito da CGD levou o tema do sigilo da CMVM, Banco de Portugal e CGD ao Tribunal da Relação de Lisboa, que ordenou a estas entidades o levantamento do sigilo, decidindo pela obrigatoriedade

de entrega de toda a documentação solicitada pelos deputados. Uma decisão que dignifica a comissão parlamentar e o Parlamento, cuja autoridade e legitimidade têm vindo a ser sistematicamente agredidas pelas ações e omissões do atual governo.

O PSD já fez dezenas de perguntas ao governo sobre o processo da CGD, desde os episódios da presidência à negociação de um plano de recapitalização, que a Comissão Europeia já aprovou mas os portugueses desconhecem. Não recebemos resposta alguma. Continua a imperar a fuga à transparência e o intento do governo de governar sem prestar contas.

No seguimento dos desenvolvimentos importantes que têm acontecido no caso CGD, o PSD e o CDS-PP propuseram o alargamento do objeto da comissão parlamentar de inquérito à CGD ao processo de reestruturação e de recapitalização do banco público, por ser urgente que seja explicado aos portugueses o que está a acontecer. A ação do governo tem de ser escrutinada, sobretudo porque falamos de um banco público e, conseqüentemente, do dinheiro dos contribuintes, e esse escrutínio encontra forma no âmbito da comissão de inquérito parlamentar.

O Partido Socialista, previsivelmente, recusou imediatamente esse alargamento, dizendo que se estaria perante uma tentativa de “abandalhamento” da comissão de inquérito. O que o PS chama de abandalho nós chamamos de direito de acesso à informação e dever de a prestar aos portugueses.

A posição socialista foi, também previsivelmente, acompanhada pelo presidente da Assembleia da República, que rejeitou o alargamento do objeto da comissão parlamentar ao processo de reestruturação e recapitalização do banco, por considerar não existir fundamento a essa pretensão.

É pantanoso o terreno em que estamos quando a segunda figura da nação, presidente da Assembleia da República, decide alinhar na narrativa consolidada de ser desnecessário, e até contraproducente, contar a verdade aos portugueses. Assim sim. Assim se coloca em causa o regular funcionamento do Parlamento.

(*) Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD

**ESTA QUINTA-FEIRA,
2 FEVEREIRO**

13H50 **19H50**
ANTENA 1 RTP 1

NÃO PERCA O TEMPO DE ANTENA DO PSD.

*Se crescemos menos do que os outros,
e para investir pagamos muito mais,
como é que vamos competir?*

LEVAR PORTUGAL A SÉRIE

Mais vale tarde do que nunca

Miguel Morgado (*)

Em maio de 2015, o então Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho propôs a criação de um Fundo Monetário Europeu (FME). Sabendo que a arquitetura institucional da zona euro não era ainda suficientemente adequada para as necessidades de uma união monetária com as características da nossa, a criação do FME apareceu como a resposta simultaneamente mais profunda e realista às lacunas que conhecemos. Precisávamos então, como precisamos hoje, de fortalecer a União Económica e Monetária para que a Europa possa voltar a ser um espaço de prosperidade partilhada e de oportunidades de crescimento sustentado para todos e cada um dos seus povos. Coletivamente, não teremos um grande futuro se uma parte da zona euro continuar a crescer enquanto outra parte se condena a uma estagnação perpétua.

O FME corresponderia, assim, à passagem a uma segunda fase de reformas da moeda única em que passaríamos da soma e conjugação de regras comuns para a institucionalização de responsabilidades comuns circunscritas mas basilares. Forneceria finalmente uma contraparte económica à instituição que tem a seu cargo a política monetária, de modo a permitir uma coordenação entre, por assim dizer, a economia e a moeda que tem faltado à UEM.

Nessa proposta o FME teria três funções:

1. absorveria o Mecanismo Europeu de Estabilidade, e ficaria encarregue do auxílio aos Estados com dificuldades financeiras temporárias, permitindo dispensar o FMI e o BCE do papel que têm desempenhado de escrutinadores dos programas de assistência;

2. faria a gestão de programas de investimento europeu e de apoio a programas reformas estruturais nos Estados-membros que não tenham meios imediatos de as financiar, mas que produzem efeitos benéficos não só para eles, mas também para os restantes Estados-membros;

3. teria a capacidade orçamental ao nível da zona euro, financiada por recursos próprios, para fazer face aos chamados choques idiossincráticos e assimétricos no seio da União Monetária, incorporando mecanismos com efeitos de estabilizadores automáticos como, por exemplo, a prestação parcial de subsídio de desempre-



go ou apoio a políticas ativas de emprego.

Com estas três funções, o FME seria finalmente a instituição económica contraparte do BCE e conferiria robustez económica, financeira e política à estabilidade do euro e à repartição dos seus benefícios por todos os Estados-membros. Ainda na mesma proposta, houve a preocupação de garantir que o escrutínio político desta nova instituição não seria descurado, o que convidava a uma opção pela sua chefia ser entregue ao presidente do Eurogrupo, que teria de assumir as suas funções em permanência, e não como hoje em que um Ministro das Finanças de um Estado-membro acumula com a de líder e representante do conselho que reúne os ministros das finanças de toda a zona euro.

Desde que o atual Governo PS foi empossado, o PSD tem persistentemente desafiado o Primeiro-ministro António Costa a fazer desta proposta uma política nacional para a reforma do euro. E invariavelmente encontrámos indiferença e até desdém. Foi, pois, com

surpresa e até estupefação que ouvimos António Costa clamar pela criação do FME e até a apelar à urgência desta inovação. Confrontado com a inexistência de uma política europeia própria, António Costa decidiu apropriar-se da iniciativa de Pedro Passos Coelho. O governo perdeu, por isso, mais de um ano em busca de alianças curiosas com o Presidente Hollande e o Primeiro-ministro Alexis Tsipras, quando poderia com humildade e sentido de Estado optado pela continuidade da política europeia de Portugal.

Mas agora que avance na promoção da ideia. Convém, no entanto, que a compreenda na sua abrangência e na necessidade de concentrar as três funções acima descritas. A julgar pela intervenção que António Costa fez esta semana, quando deu a conhecer este seu novo direcionamento, não é claro que a tenha compreendido. Confiemos, porém, nas palavras sensatas do “mais vale tarde do que nunca”.

(*) Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Carlos Costa Neves lidera Gabinete de Estudos Nacional

A Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata aprovou, na terça-feira, 31 de janeiro de 2017, a nomeação do militante Carlos Costa Neves para diretor do Gabinete de Estudos Nacional do PSD.

A nomeação surge, assim, na sequência do artigo 21º., n.º 2, alínea d) dos Estatutos do Partido Social Democrata.

Carlos Costa Neves foi ministro dos Assuntos Parlamentares, em 2015, e ministro da Agricultura, Pescas, Florestas em 2004/2005. De 1994 a 2002, foi deputado ao Parlamento Europeu. Atualmente, é deputado à Assembleia da República.



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 10 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua da Liberdade nº38 A, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Apresentação, debate e votação da proposta para Coligação às Eleições Autárquicas 2017

BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Baião, para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro 2017 (sábado), pelas 21h00, na sede sita em Campelo - Baião, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f) do artº 53º dos Estatutos do PSD

2 - Outros assuntos

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Lourinhã para reunir no próximo dia 10 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Eng. Adelino Amaro da Costa, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Processo Autárquico 2017 - candidatura do PSD

3 - Outros assuntos

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Marinha Grande, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Fevereiro de 2017, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. 1º de Maio nº72, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Eleições Autárquicas;

2 - Outros Assuntos

MARVÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Marvão, para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro de 2017, (sábado), pelas 16h00, no Salão da Junta de Freguesia de S. Salvador de Aramenha - S. Salvador de Aramenha, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Eleição do cabeça de lista às eleições autárquicas

MOIMENTA DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Moimenta da Beira, para reunir, no próximo dia 04 de Março de 2017 (sábado), pelas 19h00, na Rua da Feira, Praceta Fernão Magalhães, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede distrital, (R. Rua do Inatel, Lote 55 cave Esq) ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede distrital estará aberta para o efeito das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 19h00 às 21h00

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Nazaré para reunir no próximo dia 04 de Fevereiro de 2017, (sábado), pelas 18h00, no Hotel Praia, - Nazaré, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Autárquicas 2017

3 - Outros assuntos

PORTIMÃO

ANULAÇÃO DE ELEIÇÕES

De acordo com a Recomendação Política aprovada em 14-07-2016 pela Comissão Política Nacional e em 20-07-2016 pelo Conselho Nacional, a Convocatória Eleitoral publicada no "Povo Livre" do passado dia 18 de Janeiro que convoca Eleições para a Mesa e Comissão Política de Secção, **FICA SEM EFEITO.**

Informa-se, que de acordo com aquelas recomendações políticas, a Assembleia Eleitoral terá lugar em Novembro ou Dezembro de 2017.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Lanhoso, para reunir no próximo dia 03 de Março de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, no Auditório do CIMF - Centro Interpretativo Maria da Fonte, sito no Largo António Lopes, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Aprovação do orçamento e das contas, nos termos da alínea d), nº 2 do artº 53 dos Estatutos do PSD

3 - Dar parecer sobre a proposta da Comissão Política de Secção sobre a candidatura à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, nos termos da alínea f), nº 2 do artº 53 dos Estatutos do PSD

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 08 de Fevereiro 2017 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua do M.F.A nº 11 - Amora, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise e aprovação do relatório e contas do ano de 2016

3 - Análise da situação política - partidária

SOUSEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sousel, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro 2017 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua Direita, 5, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Emissão de parecer sobre a Candidatura a Câmara Municipal de Sousel

2 - Análise da situação política

TABUAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Tabuaço, para reunir no próximo dia 17 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo do Cruzeiro, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Apresentação e aprovação das contas relativas

ao ano de 2016

3 - Parecer sobre as candidaturas e coligação aos órgãos das Autarquias Locais nos termos da alínea f) no nº 2 do artigo 53º dos Estatutos

4 - Ratificação da indigitação feito pela Comissão Política do cabeça de lista à Câmara Municipal

5 - Outros assuntos

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 10 de Fevereiro 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua General António César de Vasconcelos Correia, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Leitura e votação da acta da assembleia anterior

2 - Análise da situação política nacional e local

3 - Preparação Autárquicas 2017/Coligação CDS/Termos

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vagos, para reunir, no próximo dia 24 de Fevereiro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 440, R/C Dt, -, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Aprovação do relatório de actividades e contas 2016

2 - Aprovação do plano de actividades e orçamento 2017

3 - Apreciação da proposta da Comissão Política à Presidência da Câmara Municipal

4 - Análise da situação político-partidária

5 - Outros assuntos

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro 2017 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870 - Ermesinde, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Relatório e contas de 2016

2 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f) do artº 53º dos Estatutos do PSD

3 - Análise da situação política

VINHAI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vinhais, para reunir no próximo dia 15 de Fevereiro de 2017 (quarta-feira), pelas 21h30, na Sede, sita no Largo do Arrabalde, nº 17, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações pela Comissão Política de Secção

2 - Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias locais

3 - Outros assuntos

**CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Aveiro, para uma reunião extraordinária a realizar no próximo dia 9 de Fevereiro, pelas 21h30m, no Auditório da Junta de Freguesia de Lourosa sito na Rua do Infantário, 4535-068 Lourosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação e aprovação do calendário e do regulamento eleitoral do IV Congresso Distrital de Aveiro;

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da JSD Concelhia de Arcos de Valdevez, para reunir no próximo dia 18 de Março (Sábado) entre as 15 horas e as 19 Horas, sita no Centro Comercial Norte Vez Rua Nunes de Azevedo, 77 - Cave, Arcos de Valdevez, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Arcos de Valdevez.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhia da JSD de Arcos de Valdevez ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na morada supracitada ou para o e-mail: "pedrosousa.avv@gmail.com"

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção da Juventude Social Democrata de Esposende, para reunir, em plenário eleitoral, a realizar no próximo dia 4 de Março de 2017, pelas 21h30, na sua sede, sita no Largo Dr. Fonseca Lima, nº 14, 4740-223 Esposende, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único – Eleição do órgão da secção (Comissão Política).

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, em duplicado, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede da secção, respeitando as normas estatutárias e o regulamento eleitoral;

As urnas estarão abertas entre as 21h30m e as 23h30m.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convocam-se os militantes da concelhia de Oliveira do Bairro para reunirem no dia 11 de Fevereiro de 2017, pelas 17 horas, na Sala de Formação da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro, sita na Rua da Misericórdia nº 37, 3770-215, na freguesia de Oliveira do Bairro, concelho de Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Autárquicas 2017 - Posicionamento e metodologia da JSD, perfis dos candidatos da estrutura e preparação do projecto político autárquico.

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se o Plenário Concelhio da JSD de Tondela, para reunir no próximo dia 04 de Março (sábado), entre as 16 horas e as 18 horas, sita na Sede do PSD de Tondela, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política da JSD Tondela

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (01 de Março), nos locais indicados, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.